



LEIRIA, CIDADE AMIGA DA PESSOA IDOSA?

Envelhecimento ativo e desenvolvimento comunitário

Dissertação de Mestrado

Zita Alexandra da Rosa Soares

Trabalho realizado sob orientação de:

Professora Doutora Maria Isabel Varregoso Rebetim Pereira

Leiria, março de 2014

Mestrado em Ciências da Educação –

Especialização em Educação e Desenvolvimento Comunitário

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS DE LEIRIA

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

AGRADECIMENTOS

À orientadora de dissertação de mestrado, Professora Doutora Maria Isabel Varregoso Rebetim Pereira, pelo apoio incondicional ao longo do trabalho de investigação.

Ao Professor João Luís Caneva Moutinho Ribeiro da Cruz, pela assistência no tratamento estatístico dos dados.

À Ana Soares e João Ferreira, pelo auxílio nas traduções.

RESUMO

O envelhecimento da população em geral estabelece-se como um dos maiores desafios que as sociedades modernas enfrentam no presente. No contexto de uma União Europeia cada vez mais envelhecida, identificam-se dificuldades incontestáveis tais como a diminuição e envelhecimento da população ativa em detrimento do aumento da população reformada, o crescente questionamento da sustentabilidade do sistema de proteção social, a ameaça de pobreza e exclusão social, bem como o crescente valor despendido em cuidados e serviços básicos de saúde e apoio social. Estes problemas, embora evidentes, não têm solução ou reparo no imediato. Estima-se que em 2050 – pela primeira vez na história da Humanidade – haja mais pessoas no mundo com idade igual ou superior a 65 anos, que crianças com idade igual ou inferior a 14. Estudos indicam o contínuo aumento da esperança média de vida, atribuindo esta conquista à melhoria das condições de vida. O aumento da esperança média de vida associado ao decréscimo da taxa de natalidade resulta na inversão da pirâmide etária da população europeia, sendo que Portugal não é exceção. Num forte impulso, espera-se ainda que entre os anos de 2015 e 2035 a geração *baby boom* se reforme dos mercados de trabalho. Consta-se, por outro lado, que a população envelhecida vive maioritariamente em meio urbano sendo que quase três quartos da população mundial vive em cidades, com tendência a aumentar. Questiona-se cada vez mais até que ponto as atuais configurações urbanas condicionam a qualidade de vida das populações, em especial da população idosa. A situação agudiza-se de forma particular quando contextualizada numa conjuntura económica como a atual, em que *deficits* e dívidas públicas incompressíveis exigem aos países uma excepcional gestão de recursos e meios podendo, subsequentemente, aprofundar ainda mais as clivagens e desigualdades sociais existentes. A União Europeia encara esta problemática com particular preocupação e tenta apontar novas direções que facilitem uma experiência positiva de envelhecimento a todos, com melhor qualidade de vida e mais segurança. A fim de tornar possível este objetivo é necessário que se atualizem as políticas, as instituições e os intervenientes sociais para que a sua ação se baseie em estratégias de carácter participativo. A possibilidade dos cidadãos se manterem ativos na comunidade à medida que envelhecem depende substancialmente da existência de oportunidades de participação e valorização que sejam conducentes ao desenvolvimento pessoal, comunitário e social de todos os intervenientes, com maior equidade entre si. Perante a mistificação tipicamente negativa sobre o envelhecimento e a pessoa idosa, o processo de envelhecimento ativo é progressivamente apontado como elemento-chave no sentido de criar uma sociedade mais inclusiva e coesa.

Esta investigação teve como objetivo avaliar as oportunidades de participação e inclusão social de um grupo de idosos residentes no concelho de Leiria. Foi realizada nessa mesma cidade, com 30 inquiridos de idade igual ou superior a 55 anos de idade. O instrumento utilizado foi um inquérito por questionário, de autoria da associação VIDA, devidamente validado pela Organização Mundial de Saúde. Os resultados demonstraram que, na opinião do grupo inquirido, confluem muitos obstáculos à participação e inclusão das pessoas mais velhas na sociedade.

Palavras-chave: envelhecimento ativo, envelhecimento demográfico, meio urbano, pessoa idosa.

ABSTRACT

Demographic ageing is one of the biggest challenges faced by modern societies. In this aged scenario, Europe faces eminent obstacles such as the diminishing labour force, the increasing retired population, followed by the growing questioning about social protection system's sustainability, the flaring threat of poverty and social exclusion, as well as the ascending amounts expended with healthcare and social support. Although evident, these problems have no immediate resolution.

It is predicted that in 2050, for the first time in human history, there will be more population aged 64 and above, than population with 14 or under. Studies point out the increasing life expectancy, due to better living conditions, combined with low birth rates as the cause for an inverted age pyramid in the European population, including the Portuguese population.

Between the years of 2015 and 2035 it is expected that the baby boom generation will withdrawal from the labour market, accentuating even more the previous identified tendencies. Almost three of a quarter of the world population are gathered around cities and, in most cases, the elderly live in an urban context, which leads to the question of to what extent is the actual urban layout affecting the population's quality of life, especially in the elderly. These issues raise increasing concern in the current economic downturn, in which indebted countries are forced to deal with deficits that may deepen even more the social cleavages and inequality situations.

The European Union faces these problems with particular concern, attempting to unveil new directions in order to facilitate a healthier and a significantly more positive ageing experience its citizens, with better quality of life and greater assurance. In order to enable it, it is strictly necessary to update and improve social policies, institutional and social protagonists so that their action strategy can be based in proactive measures. The chance of people taking part in their community, as they age, relates to the existence of real opportunities that may enhance personal, social and community aspects of every actor, with more equality among all.

Given the typically negative assumptions regarding the ageing populations and the perception on elderly people, the active ageing process is indicated as a key-element to construct a more inclusive and cohesive society.

The aim of the present research work is to evaluate the possibilities and chances of active participation and social inclusion, from a resident group of elderly's points of view. The investigation took place in the city of Leiria, among 30 respondents aged 55 or over. The information gathering instrument consisted in a questionnaire survey, authored by Associação VIDA and validated by Health World Organization.

The investigation results showed that there are multiple obstacles to active participation and social inclusion of elderly people, in the inquired group's opinion.

Keywords: active ageing, demographic ageing, elder people, urban environment.

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	ii
RESUMO	iii
ABSTRACT	iv
ÍNDICE GERAL	v
ÍNDICE DE GRÁFICOS	vii
ÍNDICE DE TABELAS.....	viii
ABREVIATURAS.....	ix
INTRODUÇÃO.....	1
1.1. Justificação da temática	1
1.2. Problemática, questões e pergunta de partida.....	2
1.3. Objetivos da investigação	3
1.4. Organização do estudo.....	4
Capítulo I – Enquadramento teórico.....	6
1. Sociedade contemporânea e o envelhecimento	6
1.1. Envelhecimento demográfico, envelhecimento ativo e solidariedade intergeracional	6
1.2. Identidade da pessoa idosa	8
Capítulo II – Envelhecimento ativo e o contexto europeu	13
1. As cidades em relação com a Idade.....	13
2. Configurações urbanas e envelhecimento sob a perspetiva da OMS: Projeto cIDADES	15
3. A perceção da Europa sobre o envelhecimento: pontes para o envelhecimento ativo.....	16
4. O meio local e a promoção do envelhecimento ativo: o que está a ser feito?	18
Capítulo III – Desenvolvimento comunitário	24
1. Evolução do conceito de desenvolvimento comunitário até aos dias de hoje	24
2. Meios urbanos e desenvolvimento: cidades educadoras	29
Capítulo IV – Metodologia.....	31
1. Questões de partida, objeto e objetivos da investigação.....	31
1.1. Questões secundárias e pergunta de partida	31
1.2. Objetivos e questões relacionadas com a investigação.....	31
1.3. Delimitação cronológica da investigação	32
2. Design da investigação	32
3. Seleção da amostra	33
4. Técnicas e instrumentos utilizados na recolha de dados	33
5. Tratamento e avaliação dos resultados	33
Capítulo V – Apresentação e análise de dados	35
1. Comparação de respostas entre os sexos masculino e feminino.....	35
2. Ocorrência de respostas no total dos inquiridos	37
3. Ocorrência de respostas negativas no total dos inquiridos	39

Capítulo VI – Discussão de resultados	45
Conclusões.....	50
Bibliografia.....	53
Anexos	1
Anexo 1 – Carta das Cidades Educadoras	1
Anexo 2 – Inquérito por questionário.....	9

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Frequência da resposta «Não» no eixo 4) Participação social para o total de inquiridos

Gráfico 2 – Frequência da resposta «Não» no eixo 5) Respeito e inclusão social para o total de inquiridos

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1.1: Apresentação e análise do eixo 4) Participação social

Tabela 1.2: Apresentação e análise do eixo 5) Respeito e inclusão social

Tabela 2.1: Apresentação da frequência e percentagem de respostas do eixo 4

Tabela 2.2: Apresentação da frequência e percentagem de respostas do eixo 5

Tabela 3.1: Apresentação e análise da ocorrência de respostas negativas no eixo 4

Tabela 3.2: Apresentação e análise da ocorrência de respostas negativas no eixo 5

Tabela 4.1: Apresentação e análise de dados recolhidos pelo grupo etário no eixo 4

Tabela 4.2: Apresentação e análise de dados recolhidos pelo grupo etário no eixo 5

ABREVIATURAS

AEEASG – Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e Solidariedade entre Gerações

CCE – Comissão das Comunidades Europeias

CE – Comunidade Europeia

CEPCEP - Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa

EU – European Union

OMS – Organização Mundial de Saúde

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SAPA - Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio

WHO – World Health Organization

UE - União Europeia

INTRODUÇÃO

1.1. Justificação da temática

A população da União Europeia vive por mais tempo e, cada vez mais, a população idosa representa um enorme peso demográfico para as sociedades e para os sistemas sociais que as suportam. Inúmeros estudos evidenciam o contínuo aumento da esperança média de vida, tendo-se verificado um aumento de 8 anos para o sexo masculino e de 7 para o sexo feminino entre os anos de 1960 e 1995 (CCE, 1999:7). A conquista da longevidade, atribuída à melhoria das condições educacionais, habitacionais e sanitárias de que atualmente dispomos, associada à baixa taxa de natalidade, resulta numa pirâmide etária invertida da população europeia que, indubitavelmente, “[...] tornará o fenómeno do envelhecimento demográfico particularmente dramático no século XXI” (CCE, 1999:7). Estima-se um decréscimo da população jovem, em detrimento de um substancial aumento da população mais velha, o que prognostica um representativo número de idosos quando comparado em relação à população em idade jovem/ativa. É precisamente na faixa etária correspondente aos 15-29 anos que se prevê um decréscimo mais acentuado, influenciando diretamente o volume de entradas nos mercados de trabalho, enquanto - em sentido contrário – é esperado que a faixa etária correspondente aos 50-64 anos revele um aumento de cerca de 26%. O incremento do número de pessoas em idade de reforma bem como dos indivíduos mais idosos estará na ordem de uns colossais 30 e 40%, respetivamente (CCE,1999:7). É importante sublinhar que estas tendências embora ocorram em modos e tempos naturalmente distintos, no contexto específico de país para país, as previsões demográficas apresentam contornos indubitavelmente comuns e gerais a todos os Estados Membros. O fenómeno do envelhecimento demográfico é apontado como propiciador de situações de maior vulnerabilidade e desigualdade sociais, verificadas em particular no grupo das mulheres mais velhas. Se por um lado as mulheres sobrevivem, em média, mais anos que os seus cônjuges, por outro, apresentam na sua maioria níveis de participação no mercado de trabalho relativamente baixos, resultando na dependência financeira de terceiros – seja dos seus cônjuges ou descendentes, mas também das sinuosidades dos sistemas sociais, sendo que “[...] correm o risco de não beneficiarem de uma cobertura suficiente neste domínio” (CCE, 1999:8). No elenco de problemas decorrentes do envelhecimento demográfico, a União Europeia assume que este fenómeno “[...] obrigará a sociedade europeia a adaptar-se e a população da Europa a modificar o seu comportamento” (CCE, 1999:8). Na procura de respostas e na adaptação necessária aos desafios colocados, acredita-se que a mudança crucial gravita em redor do conceito de envelhecimento ativo. A Organização Mundial de Saúde (OMS) determina o conceito como sendo “[...] um processo contínuo, determinado por vários factores que, isolados ou em conjunto, contribuem para a saúde, a participação e a segurança na terceira idade”. Porém, o processo de envelhecimento ativo não se aplica unicamente à pessoa idosa, devendo ser extensível a crianças, jovens e adultos em vida ativa, clarificando-se antes como o “[...] processo de otimizar as oportunidades de saúde, participação e segurança, para que se possa aumentar a qualidade de vida das pessoas, à medida que envelhecem” (Fundação Calouste Gulbenkian, 2009:216).

Um dos determinantes do processo de envelhecimento ativo é indubitavelmente o ambiente que rodeia os indivíduos, conferindo especial importância ao termo *age friendly environment* assinalado pela OMS. Traduzido para a língua portuguesa como amigo do idoso, este é – na sua verdadeira essência – um termo neutro e adequável a toda a sociedade, sem exclusão de partes. Assim sendo, concerne transversalmente a todas as idades e não somente aos idosos e manifesta-se especialmente ao nível das atitudes, práticas e dos ambientes. Partindo do pressuposto que as melhorias verificadas nas condições e na qualidade de vida de um determinado grupo social reverterão numa melhoria geral das condições de vida para todos avança-se, igualmente, que a verificação de atributos *age friendly* de uma cidade ou contexto refletir-se-á numa cidade ou contexto amigas de todos.

1.2. Problemática, questões e pergunta de partida

As preocupações com o acentuado envelhecimento demográfico e a predominância da vida em meio urbano têm vindo a reforçar a necessidade de tornar as cidades e as comunidades cada vez mais solidárias em relação à pessoa idosa, de forma a proporcionar – como objetivo último - uma melhoria na qualidade de vida e segurança a toda a população. A União Europeia, a braços com esta emergência, procura contrariar os riscos de exclusão e desigualdade sociais através de medidas políticas cuja abordagem participativa ocorra de «baixo para cima», ou seja, partindo da ação dos intervenientes locais para os intervenientes globais. Na busca de maior conhecimento acerca dos contextos e espaços de ação, e no âmbito *age friendly environment*, foi produzido o Guia Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas, publicado em 2007 pela OMS, com a finalidade expressa de “ [...] ajudar as cidades a olharem para si mesmas do ponto de vista das pessoas mais velhas a fim de identificarem onde e como poderão tornar-se mais amigas das pessoas idosas” (Fundação Calouste Gulbenkian, 2009:11). Com base nas listas de verificação com as características que uma cidade amiga da pessoa idosa deve apresentar, o Guia procurou identificar junto dos intervenientes principais – idosos, familiares, técnicos e prestadores de cuidados diretos – que faltas existem no meio onde vivem, quais as principais dificuldades sentidas e que aspetos há a melhorar, mediante o seu ponto de vista único. Em Portugal, a divulgação do Guia foi realizada pela Fundação Calouste Gulbenkian em 2009, com apoio e financiamento do Ministério da Saúde e promoção pela Associação VIDA (Valorização Intergeracional e Desenvolvimento Ativo). A partir das listas de verificação acima mencionadas, seccionadas em 8 áreas distintas (espaços exteriores e edifícios, transportes, habitação, participação social, respeito e inclusão social, participação cívica e emprego, comunicação e informação e serviços de apoio comunitário e saúde) desenvolveu-se o projeto cIDADES. Este teve como ponto de partida a aplicação de um inquérito por questionário estruturado com base nas listas de verificação presentes no Guia Global das Cidades Amigas da Pessoa Idosa, com o objetivo principal de averiguar o modo como a população idosa percebe e experiencia o espaço comunitário envolvente. O projeto cIDADES executou, desta forma, um levantamento de aspetos que pudessem contribuir positiva e qualitativamente para a vida e para o bem-estar da população idosa portuguesa. Após o mencionado levantamento, foi possibilitado no decurso do projeto a realização de “

[...] uma leitura daquilo que são as experiências sociais construídas no espaço e pelo espaço” (Associação VIDA, 2012:11).

A presente investigação realiza-se a partir da problemática emergente do envelhecimento demográfico situada no contexto europeu que constitui - por excelência - um espaço de ação comum, observando este assunto com a elevada pertinência que representa na atualidade. Assim sendo, este trabalho desenvolve-se a partir das seguintes questões orientadoras:

- As questões subjacentes ao envelhecimento demográfico afetam estritamente as pessoas idosas? De que forma?
- De que modo os espaços, os contextos sociais e respetivas dinâmicas são determinantes na forma como se envelhece?
- A cidade de Leiria desempenha um papel relevante na participação e valorização da pessoa idosa em contexto social, através dos eventos e atividades sociais que promove?

Assim, a investigação presente terá como pergunta de partida a seguinte questão: **de que modo as pessoas do grupo etário 55+ estudado, residente em Leiria, avalia as possibilidades e oportunidades de participação e inclusão na comunidade/ sociedade?**

1.3. Objetivos da investigação

De acordo com os pontos previamente enumerados e atendendo à pergunta de partida colocada, a investigação terá como objetivos gerais:

- Identificar obstáculos à participação das pessoas idosas em contexto social;
- Perceber se as pessoas encaram a sua cidade/ a sua comunidade como promotora do respeito e inclusão social das pessoas mais velhas;
- Reconhecer e nomear formas de valorização social das pessoas mais velhas;
- Apontar indicadores que evidenciem sensibilidade para a solidariedade intergeracional;

Tendo como objetivos específicos os abaixo enumerados, a presente investigação tentará:

- Perceber se os inquiridos participam efetivamente nos eventos e atividades sociais e culturais promovidos pela cidade;

- Identificar quais os obstáculos colocados à participação social dos inquiridos;
- Compreender se os inquiridos se sentem auscultados e valorizados pelos serviços, pelos responsáveis de associações e pelos comerciantes;
- Identificar esforços de adaptabilidade à terceira idade por parte dos serviços, produtos e funcionários;
- Categorizar o acesso a serviços públicos, a serviços privados e a instituições de solidariedade;
- Percecionar como os meios de comunicação social retratam as pessoas mais velhas;
- Verificar indiciadores de promoção do relacionamento intergeracional entre as pessoas idosas e famílias/ escolas/ jovens;
- Determinar se os inquiridos se sentem valorizados no seio da sua comunidade;

1.4. Organização do estudo

Para habilitar uma leitura mais rigorosa do presente trabalho, este encontra-se organizado da seguinte forma: Do Capítulo I, enquadramento teórico, constará a definição da problemática, bem como a abordagem que se pretende explorar, percebendo de que forma os princípios inerentes ao processo de envelhecimento ativo suportam o conceito de coesão social, estabelecendo relações que tentem responder efetivamente a esta questão.

No Capítulo II, apresentam-se os pontos que constituem o quadro conceptual no qual o processo do envelhecimento ativo é explorado sob diferentes pontos de vista: no primeiro subcapítulo, farei a exploração dos conceitos de desenvolvimento local e desenvolvimento comunitário, estabelecendo pontos de conexão e distinção entre ambos, relevantes para o estudo; no segundo subcapítulo, procederei uma abordagem relativa ao envelhecimento demográfico, envelhecimento ativo e solidariedade intergeracional, na tentativa de identificar as relações com o desenvolvimento comunitário e as atuais configurações sociais; no terceiro, explorarei a temática subjacente aos meios urbanos, incidindo o foco sobre as cidades – campo de ação, por excelência, no presente estudo; inserido no terceiro subcapítulo é realizada uma alusão aos princípios orientadores das cidades educadoras; no quarto subcapítulo, tratarei o conceito de envelhecimento ativo em contexto europeu; no quinto, discutir-se-á a relação entre o papel fundamental dos meios locais e regionais na promoção do envelhecimento ativo, tendo sempre como cenário o contexto global europeu; no sexto subcapítulo, será feita a abordagem à identidade da pessoa idosa sob a perspetiva social.

No Capítulo II figura uma aproximação ao documento Guia Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas, de modo a compreender o seu impacto e contributo para a tomada de decisões que visem promover o envelhecimento ativo, em contexto local ou global; no primeiro subcapítulo, procede-se – por sua vez – à apresentação e análise dos propósitos do projeto CIDADES, explorando os seus métodos e conclusões, tendo em conta o seu pioneirismo.

O Capítulo III reporta para as questões relativas ao desenvolvimento comunitário, incidindo especial atenção

à evolução do conceito até à atualidade e procedendo a uma breve abordagem aos meios urbanos e às cidades educadoras. O Capítulo IV apresentará a Metodologia utilizada neste estudo, esclarecida nos seguintes passos: questões de partida, objeto e objetivos de investigação; questões secundárias e pergunta de partida; objetivos e questões relacionadas com a investigação; delimitação cronológica da investigação; design da investigação; seleção da amostra; instrumentos e procedimentos de recolha de dados; por fim, tratamento dos dados e avaliação dos resultados. No Capítulo V segue a apresentação e análise de dados, procedendo à exposição dos dados obtidos através dos inquéritos recolhidos.

No Capítulo V terá lugar a discussão dos resultados obtidos através da análise aprofundada dos dados.

Por último, no Capítulo VI, estarão organizadas as conclusões resultantes desta investigação, nomeadamente as respostas à pergunta de partida inicial, procedendo a uma reflexão geral que pondere as limitações do estudo e as possíveis contribuições para trabalhos posteriores.

Capítulo I – Enquadramento teórico

1. Sociedade contemporânea e o envelhecimento

1.1. Envelhecimento demográfico, envelhecimento ativo e solidariedade intergeracional

O envelhecimento demográfico consiste num fenómeno global e atual que provoca verdadeiros desafios à sociedade. Este paradigma não é, no entanto, exclusivo dos países ocidentais, desenvolvidos ou modernizados, apresentando-se de igual forma como uma tendência geral dos países subdesenvolvidos e em vias de desenvolvimento: “ [...] as dinâmicas demográficas dos países desenvolvidos, e mesmo de um grande número dos mediantemente desenvolvidos, tendem a convergir, isto é, há uma tendência generalizada para o envelhecimento, não só na Europa como noutros países, nomeadamente nas grandes potências emergentes” (Fundação Calouste Gulbenkian, 2009:54). A maioria dos países apresenta um duplo envelhecimento da sua população, manifesto num acentuado envelhecimento verificado no topo da pirâmide etária - com um número progressivamente elevado de idosos que atingem cada vez mais idade – e num envelhecimento da base da mesma, com um notório decréscimo do número de crianças por mulher (Fundação Calouste Gulbenkian, 2009:56). As modificações observadas nas pirâmides etárias têm implicações de foro social, económico e psicológico na sociedade e, perante a irreversibilidade dos números, tornam ainda mais urgente “ [...] mudar as nossas estratégias e atitudes perante um Portugal que terá no próximo século mais de 2 milhões de pessoas com mais de 65 anos” (Nazareth, 1999:249 cit. in Neto, 2004:276). A concentração da vida em meios urbanos alterou de modo irreversível a forma como se vive e como se envelhece. É neste cenário de inevitabilidade que importa refletir sobre o que pretendemos para o futuro e para uma população predominantemente urbana em processo rápido de envelhecimento, procurando descobrir finalmente que país e que cidade precisamos (Fundação Calouste Gulbenkian, 2009:73).

Para que a coesão social seja possível, é necessário que a sociedade se organize em torno de estratégias e políticas que facilitem uma experiência positiva de envelhecimento a todos. Permitir que o idoso se mantenha ativo à medida que envelhece é fazer com que continue não só a contribuir como também a valorizar-se, indicando o processo de envelhecimento ativo como uma das soluções para enfrentar os desafios da demografia. É por isso que “ [...] as sociedades necessitam de desenvolver, urgentemente, mecanismos, estratégias e políticas para moldar um cimento, onde possam assentar experiências positivas de envelhecimento, para a maioria das pessoas” (Associação VIDA, 2009:5). Caso não sejam criadas as oportunidades e as condições necessárias para que um número cada vez maior de idosos participe, estes nunca farão jus ao contributo válido e significativo que poderão representar para sua comunidade. Uma positiva experiência de envelhecimento não deve, porém, dissociar-se do conceito de envelhecimento ativo, designado pela Organização Mundial de Saúde como o “ [...] processo de otimização de condições de saúde, participação e segurança, de modo a melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem” (Fundação Calouste Gulbenkian, 2009:5). Os pressupostos do envelhecimento ativo jamais deverão esgotar-se num mero prolongamento da passagem dos cidadãos mais velhos nos mercados de

trabalho, mas antes afirmarem-se pela contribuição que estes poderão representar em termos de voluntariado, na prestação de apoio e cuidados às suas famílias ou rede de amigos e ainda na possibilidade de viverem autonomamente nos seus domicílios, por mais tempo e em melhores condições – graças a habitações, infraestruturas e apoios adaptados.

O envelhecimento designa-se pelo fenómeno de degradação gradual e diferencial, comum a todos os organismos vivos, cujo termo natural é a morte e é um processo que todos os seres experimentam sem exceção embora, socialmente, não seja aparentemente encarado com a naturalidade que lhe é inerente. Embora se trate de um processo comum a todos, o modo como se envelhece é algo extremamente variável e único de indivíduo para indivíduo, sendo uma profunda marca das pessoas idosas a heterogeneidade, constatando-se que “[...] elas são mais heterogêneas que qualquer outro grupo etário” (Neto, 2004:271). Não é surpreendente que o grupo etário a que pertencem englobe tamanha especificidade de indivíduos, se se atender que o envelhecimento é, em si, um processo de diferenciação e especialização que ocorre ao longo do tempo. Significa portanto que “O desenvolvimento humano pode ser perspectivado como um processo de diferenciação em que as pessoas se tornam cada vez mais individualizadas à medida que envelhecem” (Whitborne, 1987 cit. in Neto, 2004:271), tal como Papalia atesta “As diferenças individuais tornam-se mais acentuadas nos anos avançados [...]” (2006:641).

O parco conhecimento e a indiferença social que aparentemente este tema reúne resultam muitas vezes no anonimato das vulnerabilidades dos mais velhos e no seu conseqüente isolamento. A sociedade depara-se, de modo geral, com uma população idosa com dificuldades de acesso à informação, sem capacidade de resposta perante os novos meios e tecnologias, desfasados da rápida evolução dos tempos, reclusos da sua própria casa ou da sua cidade, em suma: a viver em circunstâncias conducentes à exclusão social. Neste sentido, urge dar resposta aos desafios com os quais a sociedade moderna se depara, começando pelas necessárias mudanças de mentalidade e de atitude perante o envelhecimento, experiência que todos - em comum - passamos. A coesão social também só será uma realidade se houver uma estrutura capaz de englobar a todos, num *cimento* – termo metafórico utilizado por Kalache (2009:5) que se chama solidariedade intergeracional. A solidariedade reflete-se em múltiplas dimensões: género, entre gerações, ambiental, local ou social, sendo possível distinguir em cada uma diferentes níveis ou escalas, como por exemplo a nível individual, familiar, organizacional, comunitário, nacional e internacional. Neste sentido o ano 2012 foi designado como o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações, estabelecendo como prioridades a procura de soluções que permitam a participação dos mais velhos na vida social e profissional do dia-a-dia, contrariando as situações de isolamento e eminente exclusão social do idoso, promovendo a sua participação ativa e o seu envolvimento social e ainda a defesa de um estilo de vida pautado pela autonomia e pela independência, por um maior período de tempo nas suas vidas, apostando – nomeadamente - em medidas de saúde preventiva e garantindo uma rede de apoio que suporte o idoso (2012:9).

1.2. Identidade da pessoa idosa

Tido o envelhecimento demográfico como uma certeza do futuro e atendendo à extensão do fenómeno a grande parte dos países, importa rever o modo de encarar e as práticas que se desenvolvem em relação ao envelhecimento. O processo de envelhecimento está por vezes associado a preconceitos que afetam o modo como se perspetiva a pessoa idosa sentindo-se até, com frequência, dificuldade em nomear os termos adequados e mais corretos, sem saber como definir ou chamar esta fase da vida. Uma forma de a definir poderá ser a seguinte: “A última etapa deste período designa-se por terceira idade (porque representa cerca de um terço da nossa vida), velhice e, mais recentemente, idade adulta avançada” (Lima, 2004:15). Por outro lado, as associações que se estabelecem entre a pessoa idosa e descritores tais como “doença”, “incapacidade”, “dependência” ou “fragilidade” constituem verdadeiras barreiras ao envolvimento social, favorecendo ora sentimentos de indulgência e comiseração ora ditando o afastamento de grande parte da população desse grupo etário em particular, confirmando que “A focalização no idoso em dificuldade, a minoria que apresenta problemas graves, reforça uma perspectiva negativa do envelhecimento” (Neto, 2004:279). Para contrariar esta tendência, instituem-se como objetivos fundamentais preparar e formar para o relacionamento intergeracional, para a participação, para a ajuda e para a solidariedade, como tentativa de garantir a todas as faixas etárias o direito à qualidade de vida e a um futuro mais favorável. Várias investigações na área da gerontologia têm contribuído para uma visão mais esclarecida sobre o envelhecimento, tendo-se chegado à conclusão de que “ [...] o envelhecimento é uma experiência mais positiva do que se pressupunha que fosse por contraponto ao senso comum que pintou um quadro bem mais sombrio” pois, de fato, “As descobertas sugerem que a última fase da vida é um período de satisfação para a generalidade das pessoas [...]” (Lima, 2004:15).

Projetos que se propõem à melhoria das condições de vida de determinado grupo social resultam, desejavelmente, na melhoria de condições de vida para todos os grupos, isto é, no aperfeiçoamento de condições de determinado grupo deverá ocorrer a potencialização e expansão de benefícios para os restantes. Ao contrário de outros grupos sociais que não temos como experimentar ou viver a sua condição como por exemplo o género ou a etnia, a condição do grupo etário é transversal pois todos os indivíduos experimentarão o envelhecimento, reforçando a ideia de que “Idosos e menos idosos não podemos olvidar que o envelhecimento é um processo humano” (Neto, 2004:296). Persistir em políticas que descurem o fenómeno do envelhecimento demográfico e que não decorram da promoção de uma mudança em termos educativos, a médio e longo prazo, é negar a cada indivíduo – independentemente da faixa etária em que se encontra presentemente – a possibilidade de viver com maior dignidade, autonomia e independência possíveis, não só em relação a si mesmo, como em relação com os outros e com o espaço físico envolvente. A sociedade não deve esquecer que “As pessoas idosas também são actores e as acções que empreendem agora no virar do milénio terão uma profunda influência nos papéis a assumir na aurora do novo milénio” (Neto, 2004:296).

A idade de cada indivíduo delimita-se pelas noções de idade biológica, social e psicológica. A idade biológica relaciona-se com o envelhecimento do organismo que Busse (1969, cit. in Fontaine, 2000:23)

associou ao envelhecimento primário, aquele que foge ao controlo dos indivíduos e que se repercute na degradação dos órgãos que, ainda assim, ocorre de modo diferente em cada organismo. A idade social, por sua vez, Fontaine (2000:24) explica “ [...] refere-se ao papel, aos estatutos e aos hábitos da pessoa relativamente aos outros membros da sociedade”. Segundo o mesmo autor, o aspeto básico da idade social relaciona-se com o fato de estar profundamente “ [...] associada ao papel e estatuto que a nossa comunidade nos atribui” (Fontaine, 2000:25), isto é, extremamente condicionada pela cultura do país e da comunidade onde o indivíduo se insere, realçando o papel determinante que a sociedade e os outros operam na perceção sobre o desempenho de cada um e de si próprio. A idade psicológica relaciona-se com a forma como o indivíduo equilibra capacidades tais como a memória, a inteligência e a motivação entre si, que conduzam a “ [...] uma melhor auto-estima e a conservação de um elevado nível de autonomia e controlo” (Fontaine, 2000:25). Ainda de acordo com Fontaine, a idade psicológica define-se como sendo “ [...] relativa às competências comportamentais que a pessoa pode mobilizar em resposta às mudanças do ambiente” (Fontaine, 2000:25). A idade psicológica insere-se na perspetiva do «envelhecimento secundário» (Busse, 1969 cit. in Fontaine, 2000:25), isto é, aquele tipo de envelhecimento que pode, em grande medida, ser controlado pelo indivíduo através dos seus comportamentos e atitudes no dia-a-dia.

O bem-estar individual ao longo do tempo parece passar não só pela manutenção de capacidades intrínsecas que prolonguem a autonomia e controlo do indivíduo, mas também pela influência substancial do papel social desempenha pelo indivíduo, sob a sua própria perceção e sob a auscultação dos outros. Perante uma sociedade cada vez mais envelhecida, o desafio é criar os pressupostos necessários para que se envelheça com cada vez mais sucesso (Fontaine, 2000:21). Fontaine considera que uma velhice bem-sucedida é algo que “ [...] repousa na compreensão do processo de envelhecimento nas pessoas que mostram êxito no seu envelhecimento” e que este sucesso pode ser distinguido em três tópicos, sendo o primeiro a baixa probabilidade de desenvolver doenças, o segundo o equilíbrio operante do corpo e da mente e, por último, a participação e compromisso social do indivíduo aliado ao que denomina de “bem-estar subjectivo” (Fontaine, 2000:147). O envelhecimento bem-sucedido ocorre sob três influências distinguidas por Baltes (1987 in Fontaine, 2000:148), a salientar: as influências relacionadas com a faixa etária à qual o indivíduo pertence, as condicionantes que se estabelecem tendo em conta o período histórico que se vive e, finalmente, os determinantes que derivam da própria história de vida pessoal de cada um. As duas primeiras influências verificam-se em circunscrições coletivas e de grande grupo, sendo que “As influências ligadas ao grupo etário são o conjunto das determinantes biológicas e ambientais fortemente correlacionadas com a idade cronológica”, isto é “ [...] susceptíveis de predição e comuns a todos os indivíduos” (Fontaine, 2000:148). São exemplos deste tipo de influências a maturação biológica, o aparecimento de doenças, a escolaridade obrigatória ou o estabelecimento da idade da reforma em cada país, cujos parâmetros fogem ao controlo que o indivíduo queira ou possa exercer, evidenciando que “Sobre este tipo de acontecimentos, todos eles associados à idade cronológica, o indivíduo não tem controlo” (Fontaine, 2000:148). As influências ligadas à história pessoal circunscrevem-se numa dimensão particularmente específica e denominam-se por não normativas, sendo que “ [...] as influências não normativas estão ligadas a acontecimentos autobiográficos” (Fontaine, 2000:149). As experiências pessoais de cada indivíduo acentuam ainda mais a sua singularidade e

ocorrem de forma irrepitível em cada vida. Esta vivência é frequentemente despoletada por determinados marcos ou etapas tais como a ocupação profissional, o local de residência, a constituição de família, o desemprego, a viuvez, entre muitos mais. É notável que apesar das fortes ruturas que geralmente ocorrem nesta fase mais avançada da vida (nomeadamente a reforma, morte do cônjuge, decréscimo dos níveis de saúde e perda de laços sociais), considera-se que este estádio é pautado pela estabilidade, observando-se que “Tendo em conta essas perdas, a identidade muda neste estádio muito menos do que se poderia esperar” (Atchley, 1980 cit. in Neto, 2004:289). A chegada à idade adulta favorece a consolidação e a especialização de papéis, representações e qualidades pessoais, lembrando que “O envelhecimento surge então como um processo de individualização e personalização” (Fontaine, 2000:149). A velhice distingue-se precisamente pela “[...] permanência do ‘self’ e pela reorganização do auto-conceito”, fortalecendo a noção de que “[...] ao invés do que durante muito tempo se acreditou, a dinâmica do ‘self’ não se limita à infância e à adolescência, mas prolonga-se ao longo da vida” (Neto, 2004:290). Uma das condições necessárias à construção de uma velhice bem-sucedida passa igualmente pela manutenção dos níveis de participação social. De acordo com Fontaine (2000:154), a participação social define-se através de duas componentes distintas: a primeira concerne à manutenção das relações sociais e a segunda pressupõe a prática de atividades produtivas. O envolvimento do idoso e do reformado em atividades informais no seio da família ou da sua comunidade parece representar um elevado contributo para a sociedade e, de forma não menos importante, para o seu próprio sentido de valorização pessoal e autoestima. De acordo com Kaufman (1986 in Fontaine, 2000:154), “[...] um indivíduo não é considerado «velho» pelos amigos e pela família enquanto conservar actividades produtivas” ressaltando que “No desempenho dos papéis principais, em particular os familiares e profissionais, avaliamos as nossas realizações e daí pode advir o ganho ou a perda de auto-estima, isto é a avaliação que uma pessoa se atribui a si própria” (Neto, 1998 in Neto, 2004:290). No sentido inverso sucede que “Muitos idosos sentem-se inúteis e sentem que não estão empenhados em qualquer actividade social produtiva” (Fontaine, 2000:154). As investigações na área da geriatria apontam que, curiosamente, ao longo do processo de envelhecimento não ocorre deterioração de emoções como a felicidade, a tristeza ou do sentimento de bem-estar subjetivo acima apontado (Cameron, 1975 in Fontaine, 2000:154). Desta forma, conclui-se que os idosos não têm um bem-estar inferior ao dos jovens apenas por serem mais velhos e que “[...] no que concerne à personalidade, os indivíduos idosos não são em nada diferentes de qualquer outro adulto” (Lima, 2004:17). Admite-se sim que “A variabilidade entre indivíduos parece, pelo contrário, aumentar com o envelhecimento” (Fontaine, 2000:154). A velhice é um período em que se dá maior destaque ao processo de compensação, naturalmente posterior aos processos de seleção e de otimização próprios da infância, juventude e idade adulta, segundo o modelo de Baltes e Baltes (1990, in Fontaine, 2000:156). Após os processos de seleção e especialização em dadas atividades, surgem os processos de otimização e aperfeiçoamento nos quais “[...] o indivíduo selecciona e se especializa em certas actividades em função dos seus lazes e da sua profissão” (Fontaine, 2000:157). A chegada à velhice origina um processo denominado de compensação, que parte da experiência e do saber construídos ao longo da vida para contrapesar as eventuais perdas decorrentes do envelhecimento do indivíduo, que se explica da seguinte forma: “A compensação é a actividade de um indivíduo que mantém o seu nível de actividade utilizando os

seus conhecimentos e o seu saber (inteligência cristalizada) para neutralizar os declínios dos desempenhos nas actividades de natureza fluida (inteligência fluida)” (Fontaine, 2000:157), validando que “[...] embora a velocidade de processamento da informação e outros componentes da inteligência fluida decresçam com a idade, a inteligência cristalizada tende a ser estável ao longo da idade adulta” (Lima, 2004:16). Significa isto que o indivíduo lida com as perdas relacionadas com o seu envelhecimento biológico e com as inferências dos acontecimentos não normativos, à luz dos conhecimentos adquiridos pela sua experiência e da sua atitude e, de forma particular, pelo apoio que consegue retirar da manutenção das relações sociais, evidenciando a importância de uma boa rede social e familiar para o bem-estar do indivíduo, à medida que envelhece. Tal como Fontaine explica, “As perdas inerentes às influências dos factores associados à idade (*age graded*) e aos acontecimentos pessoais (*non normative*) podem também ser equilibradas por ganhos ligados a estratégias de vida (em especial a manutenção dos laços sociais)” antecipando, porém, que “A qualidade deste último período da vida é amplamente influenciada pelas crenças, pelas atitudes e pelos comportamentos da sociedade em geral” (Neto, 2004:276). Fontaine remata o assunto afirmando que “Apesar de tudo, com o avanço da idade parece que as perdas ultrapassam tendencialmente os ganhos” (Fontaine, 2000:157).

A população idosa constitui, portanto, um grupo social particularmente heterogéneo e diferenciado, que apresenta vivências e necessidades claramente distintas exigindo, naturalmente, procedimentos e atuações muito específicas e quase individualizadas. A profunda especialização característica deste grupo explica o surgimento de novos termos tais como “novo-idoso” e “velho-idoso”, na tentativa de determinar diferentes subgrupos dentro da mesma etapa de desenvolvimento. Face ao aumento da esperança média de vida, acompanhado da melhoria da qualidade de vida e dos sistemas de apoio, ser idoso hoje assume uma configuração bastante diferente do que assumia num passado não muito remoto. Apesar de se verificar uma série de condições que antes não existiam – seja, por exemplo, mais apoio social e melhores cuidados de saúde, rendimentos financeiros normalmente mais abundantes, maior disponibilidade e mais tempo dedicado ao lazer e à participação na comunidade, entre outros – não se pode ignorar que, para os menos privilegiados, envelhecer não é um processo tão fácil. O envelhecimento é muitas vezes um processo encarado como uma terrível ameaça e os idosos associados, grosso modo, a conotações negativas como por exemplo “um fardo difícil de carregar” ou como “um problema a resolver”. A insensibilidade que envolve este assunto espelha o preconceito de que a pessoa idosa é sinónimo de dependência física, emocional ou psicológica, de um peso para as famílias e para os sistemas, ao invés de ser encarada como contributo válido de participação, de experiência, de apoio e recurso útil para a comunidade. As opiniões e ideias que se formam em redor de determinado fenómeno condicionam efetivamente a forma de lidar com o mesmo no dia-a-dia, e sobre esta temática em específico admite-se que “A angústia da sociedade face ao envelhecimento reflete a sua incapacidade em lhe dar um sentido e evidencia a visão redutora que tem da velhice” (Simões Silva, 2009:149). O envelhecimento é – portanto – não só um processo repleto de ambiguidades que importa descortinar, mas também um processo absolutamente singular para cada indivíduo, tornando-se incongruente estudar a população idosa segundo o prisma da homogeneidade. Como acima referido, muitos autores têm reforçado a ideia de que estamos perante um grupo social particularmente heterogéneo e diferenciado, que

apresenta estilos de vida e necessidades claramente distintas e que exige, naturalmente, procedimentos e atuações muito específicas. Peixoto (citado por Mendes, M. et al. in Gusmão, 2013) numa reflexão acerca da identidade do idoso, certificando que “ [...] a velhice é um processo singular e uno de cada ser. A velhice é, deste modo, vivida de muitas maneiras, porque «não existe uma velhice mas maneiras singulares de envelhecer»” (2009:119), numa reflexão sobre as diferenças entre ser idoso ou idosa, ser idoso rico ou idoso pobre, formado ou analfabeto, muitas vezes descurada. Os determinantes do envelhecimento são múltiplos e refletem-se em várias dimensões, sendo que cada uma concede naturalmente aspetos e características diferentes aos indivíduos.

Capítulo II – Envelhecimento ativo e o contexto europeu

1. As cidades em relação com a Idade

Compreende-se que o envelhecimento demográfico se deve à conjunção de dois fenómenos relevantes, o aumento da esperança média de vida associado à diminuição da taxa de natalidade. A par destes dois aspetos também a industrialização e simultaneamente a globalização influenciaram terminantemente a forma como os indivíduos envelhecem, alterando de forma significativa a estrutura do núcleo familiar e o índice de concentração de população nos centros urbanos. De modo similar, as transformações que ocorreram no mercado de trabalho e, em particular, a intensa participação da mulher no mesmo refletem, segundo Campos (2000:39), as maiores diferenças entre o modelo da sociedade industrial e o atual, apontando as tendências generalizadas de “ [...] o casamento ser cada vez mais tardio e a entrada no mercado de trabalho a ser diferida por necessidade de mais prolongada formação inicial, como forma de vencer as barreiras da procura do primeiro emprego”. Por outro lado, envelhecer no anonimato intrínseco aos grandes centros urbanos conduziu, irremediavelmente, a uma “ [...] quebra dos laços familiares e com a comunidade de origem, muitas vezes sem contrapartida no novo quadro de vida e de valores, o que prejudica o apoio à integração do idoso” (Fundação Calouste Gulbenkian, 2009:58). O impacto das mudanças na estrutura familiar e no relacionamento intergeracional na condição social das pessoas mais velhas é um aspeto para o qual ainda não há conceptualização completamente definida mas depreende-se que a diminuição de famílias numerosas e o aumento de agregados compostos por apenas um ou dois elementos, num contexto populacional envelhecido e urbano, fazem com que um maior número de pessoas envelheça sem o apoio de prestadores de cuidados diretos. Giddens (1991:105) observa as questões relativas aos laços de parentesco, de intimidade e de confiança, concluindo que “A demonstração de que laços de parentesco de certos tipos permanecem fortes em alguns contextos nas sociedades modernas dificilmente significa que o parentesco desempenha o papel que já desempenhou na estruturação da vida cotidiana para a maioria das pessoas”. A inexistência de uma rede de apoio holística composta por familiares, amigos, comunidade, instituições e o próprio Estado, em última instância, agrava o risco de isolamento e exclusão social. Se contemplarmos esta realidade à luz de um contexto físico e social que muitas vezes se predispõe ao anonimato e fomenta exclusão social, podemos assumir que estamos perante uma sociedade que fica além de envelhecida, refém das suas próprias limitações, empobrecida e isolada. Esta realidade não só se aplica aos mais idosos, como exerce pressões sobre os demais grupos etários. Observe-se que o envelhecimento demográfico ao reforçar a importância da participação da população por mais tempo nos mercados de trabalho implica, segundo algumas perspetivas, uma solicitação menor do volume de entradas no mercado de trabalho por parte dos mais jovens, criando fricções infundadas e pouco esclarecidas entre jovens e idosos. Por outro lado, incita-se a que a população mais velha mantenha algum tipo de atividade produtiva, fazendo emergir conceitos tais como reconversão profissional, formação contínua ou aprendizagem ao longo da vida, mostrando que “A globalização do envelhecimento e a convergência que se verifica a nível mundial levantam a questão da eventual relação

causal entre desenvolvimento económico e social e envelhecimento” (Fundação Calouste Gulbenkian, 2009:55). O nosso país insere-se na realidade dos países do Sul da Europa, com acentuado envelhecimento da sua população, observando-se que em Portugal o número de indivíduos com mais de 65 anos de idade já ultrapassou o número de pessoas com idade inferior a 15 anos (Fundação Calouste Gulbenkian, 2009:56). O desfasamento entre a população em idade ativa e a população não ativa é cada vez mais visível, sendo notórios os problemas relacionados com a desertificação do território, o abandono do investimento e o isolamento social frequentemente resultantes da tomada de decisões baseadas numa reprovável insensibilidade e incapacidade de entender e lidar com as dificuldades com que toda uma comunidade que envelhece se depara. Este panorama afigura-se ainda mais preocupante em períodos economicamente instáveis, quando a sustentabilidade dos sistemas de proteção social, saúde ou educação é colocada em risco, em linha com o problema da despesa social dos estados. O relatório Special Eurobarometer 378 – Active Ageing - Report (2012) indica que, em média, os Estados Membros da União Europeia gastam mais de um quarto do seu PIB na proteção social, na sua grande maioria, aplicado a beneficiários idosos com pensões e despesas de saúde de longo prazo. No caso português a situação é semelhante pois “ [...] o crescimento dos encargos sociais no PIB passou de 12% para 18% (...) também à custa de encargos com pensões, subsídios de doença e cuidados à terceira idade” Campos (2000:37). A periclitância do sistema de proteção social antecipa que dificilmente haverá meios e recursos que respondam de forma efetiva às necessidades sociais decorrentes do envelhecimento demográfico. Tal como o autor faz reparar, “As desigualdades criadas são reais, mas dificilmente corrigíveis” (Campos, 2000:40). O cenário nacional apresenta, em si, níveis de envelhecimento bastante distintos no interior do seu território. De um lado, a região Norte e as regiões autónomas da Madeira e dos Açores que, embora envelhecidas, conseguem ainda manter-se - numa tendência oposta - mais jovens que a região Centro e todo o Alentejo. Estas marcas evidenciam aquilo que se designa pelas “ [...] principais dimensões geográficas do processo de envelhecimento – a interioridade e a ruralidade” (Fundação Calouste Gulbenkian, 2009:65). As áreas metropolitanas do Porto e Lisboa apresentam uma elevada percentagem de idosos, no seguimento de uma tendência para a fixação no litoral. Os movimentos migratórios contribuem, normalmente, para o rejuvenescimento populacional dos países, contrariamente ao que acontece em períodos de movimento emigratório, que acentuam ainda mais o envelhecimento das populações. É interessante verificar que, no decorrer do tempo, sucede a convergência de tendências demográficas entre populações migratórias e populações recetoras. No seio da comunidade migratória mais representativa em Portugal é observável, por exemplo “ [...] a convergência nos comportamentos demográficos face à população portuguesa: nas camadas férteis mais jovens, os níveis de fertilidade já são idênticos, em certas situações, com tendência a serem mais baixos...” (Fundação Calouste Gulbenkian, 2009:73). Ao avançarmos para o interior do país verifica-se uma diminuição da densidade populacional idosa nos centros predominantemente urbanizados e um aumento da mesma nos meios mais rurais. Desta forma, as cidades portuguesas de média dimensão desempenham o que se considera ser “ [...] importantes funções administrativas e/ou sedes de equipamentos de saúde e ensino de nível superior” (Fundação Calouste Gulbenkian, 2009:66), vitais à manutenção do equilíbrio entre as populações das várias regiões. Na visão do autor, Portugal encontra-se provido de um espólio interessante no que toca às respostas

ao desafio do envelhecimento demográfico, manifesto numa rede de recursos e equipamentos sem par tais como corporações de bombeiros, misericórdias, instituições particulares de solidariedade social, centros e delegações de saúde (Fundação Calouste Gulbenkian, 2009:70). Defende ainda que a rentabilização desses equipamentos e recursos deve equilibrar as áreas mais densamente povoadas com as menos densamente povoadas e considera imprescindível que o capital fixo identificado sirva potencialmente de chamariz para outros tipos de capitais, nomeadamente o capital humano e o investimento nos sectores da saúde, do turismo, do lazer e serviços afirmando que “Particularmente num período de ‘encolhimento’ do capital humano, é necessário concentrar recursos, para que não se percam os limiares críticos da regeneração”, focando que “O que é necessário é manter o território estrategicamente ocupado com infra-estruturas, equipamentos e meios humanos adequados aos objectivos que servem as populações envelhecidas que ainda restam e mantém os ‘patrimónios’ activos ou activáveis” (Fundação Calouste Gulbenkian, 2009:71).

2. Configurações urbanas e envelhecimento sob a perspectiva da OMS: Projeto CIDADES

Na perspectiva da Organização Mundial de Saúde (OMS), o fenómeno do envelhecimento demográfico é encarado sob uma dualidade de parâmetros. Por um lado, a evidência de um triunfo conquistado pela população humana no alcance de melhores condições gerais de vida e, por outro, a inevitabilidade de um desafio que se estabelece principalmente em termos de sustentabilidade social. Para a OMS os cidadãos mais velhos constituem, muitas vezes, um recurso esquecido da sociedade e para a sociedade. (WHO, 2002:6) No seu entender, os países conseguem suportar as proporções do envelhecimento demográfico desde que atuem mediante políticas que promovam o envelhecimento ativo, isto é, políticas com base no desenvolvimento de programas que incrementem a saúde, participação e segurança dos mais velhos. Constata-se que nos países mais desenvolvidos do mundo, de forma particular, a própria população mais velha (igual ou superior a 80 anos de idade) está a envelhecer cada vez mais (WHO, 2002:8) e é com especial apreensão que observa a diminuição da população ativa em detrimento do aumento da população mais velha, uma vez que é essa a faixa que providencia e suporta quer as camadas mais jovens quer as mais velhas. (WHO, 2002:9)

Enquanto nos países em vias de desenvolvimento a manifesta problemática é o rápido envelhecimento populacional em contexto precário de condições de saúde (Kalache e Keller, 2000 in WHO, 2002:11), nos países desenvolvidos dá-se a evidência que as pessoas idosas dispõem de cada vez menos apoio, à medida que as estruturas familiares se alteram, a fixação em meios urbanos aumenta, os núcleos familiares tornam-se cada vez mais reduzidos e as mulheres (outrora, prestadoras de cuidados diretos à família, por excelência) envolvem-se nas dinâmicas dos mercados de trabalho (WHO, 2002:11). Atendendo a estas considerações, envelhecer deverá ser um processo e uma experiência vivida da forma mais positiva possível, com melhores condições de vida e, como anteriormente referido, com mais oportunidades de saúde, participação e segurança para todos, refletindo o pressuposto do envelhecimento ativo (WHO, 2002:12). O conceito de envelhecimento ativo foi adotado pela OMS no final da década de 90, a partir do reconhecimento dos direitos humanos defendidos pelas Nações Unidas, nos pressupostos da independência, participação,

dignidade, valorização e realização pessoal. Tendo por base estes direitos, o envelhecimento ativo define-se através dos mesmos, não por um tipo de abordagem baseada nas necessidades/ carências frequentemente associadas aos cidadãos mais velhos, numa perspetiva de sujeitos passivos.

Decorrente da problemática do envelhecimento demográfico e das pressões sociais subsequentes, da crescente urbanização e modificação dos territórios, da procura da qualidade de vida através dos pressupostos preconizados pelo envelhecimento ativo (Phillipson, 2007 in Associação VIDA, 2012:10), a OMS elabora o Guia Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas, em 2007. O Projeto cIDADEDES, ponto fundamental no presente trabalho de investigação, desenvolveu-se a partir de um inquérito por questionário elaborado a partir da lista de verificação de cidades amigas da pessoa idosa, parte integrante do Guia acima mencionado.

3. A perceção da Europa sobre o envelhecimento: pontes para o envelhecimento ativo

A perceção dos cidadãos europeus acerca do envelhecimento demográfico e das repercussões sociais que o mesmo representa foi avaliada e apresentada pelo relatório Special Eurobarometer 378 – Active Ageing - Report (2012). Foi a partir do mesmo que se procurou aferir, num primeiro ponto, as ideias que os europeus detêm sobre o que é a idade e acerca da pessoa idosa e apurar, num segundo ponto, quais as propostas e medidas que os cidadãos consideram poder enfrentar os desafios estabelecidos pelo envelhecimento demográfico. Os resultados do presente relatório procuram estabelecer uma imagem esclarecedora das ideias e perceções que os cidadãos europeus concebem em torno destes tópicos de discussão. Através de entrevistas realizadas a 31.280 indivíduos com idade igual ou superior a 15 anos, no intervalo de tempo entre setembro e novembro de 2011, compreendeu-se que, normalmente, os cidadãos europeus atribuem a conotação “velho” a um indivíduo esse atinge os 64 anos de idade; porém, consideram que eles próprios “já não são novos” aos 42. Muitos dos entrevistados definem-se a si mesmos como sendo “novos”, outros como estando na “meia-idade”, mas muito poucos se auto classificam de “velho”. A maioria dos entrevistados reflete um pensamento positivo acerca das pessoas com idade igual ou superior a 55 anos, no entanto, uma minoria significativa (28%) afirma ter uma perceção negativa sobre os mesmos. Ao mesmo tempo, a maioria dos entrevistados considera que indivíduos com idade igual ou superior a 55 anos são extremamente relevantes para a sociedade em múltiplos aspetos, nomeadamente para a família, a economia, comunidade e política. É interessante verificar que um em cada cinco cidadãos afirma ter assistido ou sentido discriminação com base na idade no seu local de trabalho. Em termos de discriminação à participação e acesso à educação, lazer e desporto, os valores baixam de um para dez cidadãos. Nos países Estados Membros da União Europeia, sete em cada dez cidadãos assumem que a proporção crescente de população com idade igual ou superior a 55 anos será uma realidade nos próximos 20 anos, sendo que quatro em cada dez manifestam preocupação com o rápido envelhecimento da população. Em termos de esperança média de vida, a maioria dos entrevistados entende que esta aumentou nos últimos 30 anos e cerca de 59% crê que esse aumento continuará a verificar-se nos próximos 30 anos. Em relação a enfrentar os desafios do envelhecimento, a maioria dos entrevistados

considera o seu país ou a sua região como sendo um ambiente amigável à pessoa idosa, embora concordem que poderia haver melhorias, em particular no sistema de transportes públicos e nos centros de atividade física e desportiva. É expressiva a opinião de que o recurso à tecnologia na interação entre clientes e serviços constitui um grande obstáculo à pessoa idosa (82%) enquanto outros consideram como sendo um obstáculo (53%). Os resultados do relatório apontam que os cidadãos europeus consideram útil e pertinente a criação de serviços especiais que acompanhem e apoiem a pessoa idosa, quer na resolução de problemas do dia-a-dia, quer na tomada de decisões. Parte substancial dos cidadãos entrevistados aponta que as instituições com maior importância na resposta dada aos desafios do envelhecimento são as de cariz religioso e as organizações de apoio à chamada Terceira Idade (seja centros de dia, lares e residências seniores ou apoio domiciliário).

O relatório permitiu também esclarecer que a noção de «ambiente amigo da pessoa idosa» difere ligeiramente, atendendo principalmente à idade dos inquiridos, sendo que nessa matéria os mais novos respondem mais positivamente que os mais velhos (15 – 64 anos: 60%; 55+: 55%). Mais do que encontrar diferenças substanciais de opinião e perceção entre a população mais nova e a população mais velha, foi possível perceber que as maiores discrepâncias de resultados foram obtidas entre países, e não entre as diferentes faixas etárias da população. Outro apontamento marcante em relação aos ambientes amigos da pessoa idosa foi a constatação de que os cidadãos residentes em grandes cidades tendem a responder de forma mais negativa que os indivíduos que vivem em meio rural, exigindo – na perspetiva do próprio relatório – o repensar de políticas urbanas e seu impacto, em particular, na população idosa. Sobre este aspeto, torna-se urgente questionar “ [...] até que ponto as configurações urbanas actuais (...) induzem e/ou reforçam processos de isolamento dos idosos e, por esta via, processos de exclusão social?” (Mendes, M. et al., 2009:107).

As conclusões retiradas do relatório permitem perceber que embora o envelhecimento demográfico seja um fenómeno observado e constatado pela maior parte dos europeus, este não desperta ainda a manifesta preocupação que se esperaria. Observe-se, por exemplo, que a maioria dos entrevistados não considera urgente ou inevitável o aumento da idade da reforma. Por outro lado, a maioria também não se revê na necessidade de estabelecer uma idade de reforma obrigatória, considerando que os indivíduos deverão poder trabalhar para além da idade da reforma, se assim entenderem. Um terço dos entrevistados assume que gostaria de poder manter uma atividade profissional em regime de tempo parcial, mesmo após atingirem o tempo de serviço que confere o direito à pensão. Isto reflete a interessante particularidade que, embora não acreditem na necessidade de aumentar a idade da reforma em geral, encaram como desejável e possível a sua própria continuidade no ativo, desde que se reúnam as condições ideais para tal. Em muitos países europeus, a cultura do voluntariado é já representativa para muitos cidadãos, sendo que os que estão envolvidos em ações do género disponibilizam cerca de 14 horas por mês. Outra área onde os mais velhos representam um apoio social importante é na prestação de cuidados, nomeadamente a familiares, alegando – ao mesmo tempo – que há um vasto trabalho a realizar em termos de flexibilidade e apoios financeiros providenciados pelos governos a quem se depara nesta situação.

4. O meio local e a promoção do envelhecimento ativo: o que está a ser feito?

A realidade demográfica europeia sofreu mudanças com repercussões diretas na sociedade. Não só a conquista da longevidade teve um impacto notável no estilo de vida dos indivíduos, como o fato de se viver por mais tempo abanhou as fundações dos sistemas públicos de proteção social, cuja sustentabilidade é hoje facilmente questionada. O acentuado envelhecimento demográfico a par da atual crise económica que afeta a União Europeia constituem, evidentemente, uma complexa realidade de difícil superação. (Committee of the Regions, 2011:7) Face aos desafios identificados no contexto europeu criou-se um conjunto de objetivos e metas estabelecidas para o período vindouro, na tentativa de mitigar as adversidades que decorrem de uma sociedade progressivamente envelhecida. Desta forma, a Estratégia Europa 2020 destaca-se como documento fundamental na orientação de novas práticas, consistindo num plano de dez anos de duração que visa a retoma da competitividade e do crescimento europeus. Este plano distingue-se do antecessor Tratado de Lisboa (de 2009) na medida em que perspetiva um tipo de crescimento assente em três conceitos basilares: o crescimento inteligente, o crescimento inclusivo e o sustentável. As áreas da educação, inovação, emprego, proteção social, ambiente e energia, entre outros, são repensados sob uma abordagem de crescimento justo e igualitário, com base na sustentabilidade económica e social. Na promoção de um crescimento fundado nestes termos, é forçosa uma aproximação à problemática demográfica surgindo, uma vez mais, o conceito de envelhecimento ativo como resposta aos desafios do envelhecimento demográfico. No processo de envelhecimento ativo é solicitada uma mudança de paradigma que destaque a responsabilização, autonomismo e participação dos indivíduos na qual o sujeito deixa de ser perspetivado como agente passivo, absolutamente dependente do Estado, para passar a figurar como agente responsável e participativo no seu próprio processo de envelhecimento e desenvolvimento pessoal, significando isto que “Sai-se de uma visão reactiva, centrada nas necessidades básicas e na qual a pessoa é um agente passivo, para outra, pró-activa que reconhece a pessoa como um elemento capaz e actuante no processo político e na mudança positiva das sociedades” (Programa de Ação do AEEASG’2012|Portugal, 2012:3). Ao mesmo tempo que se pretende uma maior ação por parte do indivíduo, é igualmente expectável que a sociedade, no seu todo, se sinta responsável e comprometida com o bem-estar dos vários grupos sociais, sobretudo nos momentos de tomada de decisões e na defesa dos que apresentam maior vulnerabilidade social, nomeadamente nos casos de pobreza, doença, incapacidade ou isolamento. No seguimento da avaliação dos problemas sociais consequentes do envelhecimento demográfico e na necessidade de conseguir um maior equilíbrio e relacionamento entre as gerações, o ano 2012 é designado como o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações, tendo como objetivo principal “[...] desenvolver uma série de iniciativas que estimulem o debate, o intercâmbio de boas práticas e a sensibilização da opinião pública para a mudança cultural” (Programa de Ação do AEEASG’2012|Portugal, 2012:3). As ações e práticas a desenvolver focam-se, portanto, na rentabilização e aproveitamento do potencial que as diferentes gerações representam para a sociedade e perspetiva um esclarecimento que inverta as conceções negativas que recaem sobre a pessoa idosa, sendo para isso necessário zelar os devidos investimentos nas camadas jovens que hoje vivem numa sociedade muito envelhecida mas, também, regular os apoios à população adulta ativa que se vê a cargo tanto

dos mais jovens como dos mais velhos (CEPCEP, 2012:141-142). No preâmbulo da mudança cultural que se sente absolutamente necessária, verifica-se que “ [...] o envelhecimento activo e a solidariedade intergeracional passam a ser considerados elementos-chave da coesão social, contribuindo para uma maior qualidade de vida à medida que as pessoas vão envelhecendo” (Programa de Ação do AEEASG’2012|Portugal, 2012:8).

Pretendeu-se que o Ano Europeu funcionasse como impulsionador do envelhecimento ativo em três áreas distintas: primeiro no emprego, com a criação de melhores e mais adequadas condições de trabalho para as pessoas mais velhas e na aposta na aprendizagem ao longo da vida; segundo na participação social, com mais e melhores oportunidades de participação na sociedade por parte das pessoas mais velhas, evitando o isolamento e a exclusão social; terceiro por uma vida mais independente, através da promoção de hábitos preventivos e estilos de vida saudáveis e da melhoria de serviços e cuidados de saúde que prolongassem a independência e autonomia individuais, pelo máximo de tempo possível. Estes objetivos corroboram a ideia de que “Promover o envelhecimento activo significa criar melhores oportunidades para que as mulheres e os homens mais velhos desempenhem o seu papel no mercado de trabalho, combater a pobreza, sobretudo das mulheres, e a exclusão social, encorajar o voluntariado e a participação activa na vida familiar e na sociedade, e incentivar o envelhecimento com dignidade” (Programa de Ação do AEEASG’2012|Portugal, 2012:9). Os princípios promulgados pelo Ano Europeu interligam-se com as metas estabelecidas pela Estratégia Europa 2020, sensibilizando para a mudança de atitudes e para o reforço de compromissos entre diferentes grupos etários, num esforço que permita aos mais velhos permanecer e participar por mais tempo na vida social, em conjunto com as várias gerações, com múltiplos benefícios para o idoso (European Union, 2012:3). A promoção do envelhecimento ativo tornou-se uma questão crucial para a agenda política europeia de modo irremediável, sugerindo que a coesão social e prosperidade económica da Europa dele dependem (European Union, 2012:3).

De forma a minimizar as consequências globais negativas provocadas pelo envelhecimento demográfico, a operacionalização das mudanças necessárias acima abordadas deverá ocorrer tendencialmente à escala local e regional. Seguindo esta linha de pensamento, será da competência dos intervenientes locais e regionais proceder ao reconhecimento de cada contexto, *in loco*, com base na proximidade privilegiada aos lugares e às pessoas. Esta forma de operacionalização permite agir de modo otimizado, respeitando as prioridades identificadas em cada situação e, também, possibilitar uma maior rentabilização de recursos e meios. O protagonismo atribuído ao meio local confere um aspeto inovador à Estratégia Europa 2020 e revela que o sucesso da sua implementação depende da atuação correspondente entre os agentes locais/ regionais e o suporte e orientação pela Comissão facultados (Committee of the Regions, 2011:9). Admitindo que os polos de ação local e regional potenciam modelos de intervenção excecionais, suscetíveis de implementação e partilha noutros pontos da União, é comum aceitar que as políticas europeias apenas poderão concretizar-se mediante o envolvimento ativo de intervenientes, associações e outros organismos em contexto local (Committee of the Regions, 2011:9).

A Estratégia é ostentada como caminho viável para uma Europa mais competitiva, justa, que crie empregabilidade e aumente a produtividade de modo sustentado e inclusivo. Todavia, não é possível

dissociar que o reforço da importância dos atores locais e regionais ocorre contextualizado com profundas alterações em termos económicos e sociais, cujos efeitos nas populações têm sido de trato complexo. O desafio da sustentabilidade financeira dos regimes de proteção social, saúde e serviços públicos, solicitados por um número crescente de cidadãos, aliado a uma opinião geralmente depreciativa sobre o envelhecimento, imputa uma conotação negativa a algo que deveria ser - de fato - celebrado como uma conquista da sociedade moderna (European Commission, 2012:1). Por outro lado, é importante compreender que o sucesso das metas estabelecidas pela Estratégia Europa 2020 depende fortemente do aumento do número de pessoas que contribuam continuamente para a sociedade, inseridos ou não nos mercados de trabalho, seja como trabalhadores, consumidores, prestadores de apoio ou voluntários (European Commission, 2012:3). Atendendo a estas necessidades, a promoção do envelhecimento ativo assume novamente um papel fundamental no incentivo a estilos de vida mais autónomos e independentes, pautados pela valorização pessoal, profissional, geracional e social, alcançáveis por cada vez mais indivíduos. A necessidade de prolongar a permanência das pessoas mais velhas nos mercados de trabalho, resultante do envelhecimento demográfico acentuado e pelo fato de que se vive por mais tempo, colocou evidência no contributo significativo que a população idosa representa para o bem-estar comunitário. Os princípios do envelhecimento ativo definem, pelos motivos acima referidos, que se devem criar mais e melhores oportunidades para que as pessoas mais velhas continuem a contribuir para a sociedade, mesmo após o momento da reforma. De igual modo, pretende-se evitar e minimizar os riscos de isolamento social que levam, em alguns casos, à exclusão dos mais velhos. É vital reforçar a rede de relações sociais do idoso, através da qual o indivíduo possa compensar as perdas decorrentes do seu próprio envelhecimento e extrair maior apoio, promovendo o seu sentido de valorização pessoal e de pertença social. A importância destas redes de apoio intensifica-se quando se reconhece que a vida concentrada nos meios urbanos modificou a composição e funcionamento dos núcleos familiares. As autoridades locais têm a desempenhar um papel importante neste aspeto, devendo regular a criação de redes sociais de apoio à população idosa, uma vez que normalmente detêm os recursos necessários para que os indivíduos mantenham estas ligações fundamentais. É através de grupos de apoio criados com este fundamento que a informação relevante e atual poderá ser decodificada, debatida e transmitida entre pares, sob orientação profissional ou, ainda, entre grupos etários distintos. Assim, devem privilegiar-se os espaços de encontro e de discussão próximos do idoso, que promovam não só o convívio mas também a indispensável atualização de conhecimentos que reduza o desfasamento tecnológico que muitos idosos apresentam (Committee of the Regions, 2011:20).

A participação do idoso na sociedade pode assumir distintos contornos, seja pela cedência do seu tempo e experiência em prol da comunidade, seja pelo envolvimento em atividades de voluntariado e prestação de cuidados ou apoio a outros grupos etários, nomeadamente aos mais jovens e à família. O idoso pode também adotar um papel empreendedor como voluntário, trabalhador, prestador de cuidados ou consumidor de bens e serviços, elevando os níveis de motivação e participação do indivíduo, com impacto positivo no seu sentimento de pertença. Em Portugal desenvolve-se um projeto de voluntariado e diálogo entre gerações denominado V:I:P – Voluntariado Intergeracional de Proximidade, bem como o desenvolvimento de planos e atividades intergeracionais em autarquias (Programa de Ação do AEEASG'2012|Portugal, 2012:8).

Permanecer ativo ao longo da vida poderá manifestar-se não só num substancial contributo social necessário mas, essencialmente, numa sólida valorização pessoal que contrarie as tendências de isolamento e exclusão social associadas a um baixo nível de motivação e de satisfação pessoal (Committee of the Regions, 2011:17). Se, por um lado, se apela à mobilização da população idosa, por outro é exigido que o meio suplante barreiras impeditivas à participação e envolvimento da mesma, para que as condições à participação estejam reunidas. Contudo, é manifestamente insuficiente haver atitudes dinâmicas e empreendedoras por parte dos indivíduos quando, por exemplo, os mercados de trabalho não se demonstram recetivos e muito menos adaptados às condições dos trabalhadores mais velhos. Neste aspeto é particularmente urgente mitigar as limitações sentidas pela população idosa, geralmente originadas pela lacuna existente na atualização de competências (Committee of the Regions, 2011:17).

Os projetos orientados para dar apoio a estas preocupações parecem ser cada vez mais numerosos. No nosso país, salienta-se o projeto Net@vó – “projecto educacional transdisciplinar, com recurso a meios audiovisuais e novas tecnologias” e o ProjectoTIO – Terceira Idade Online – “portal dedicado à população idosa em Portugal (Associação VIDA)”, que pretendem colmatar a lacuna existente entre o saber tecnológico e a população idosa. Outra iniciativa relevante é a Rede das Universidades Séniores em Portugal, que pretende facultar “educação informal para pessoas com mais de 50 anos” e ainda o Turismo Sénior “ [...] que pretende combater a solidão da população sénior com menores recursos financeiros” (Programa de Ação do AEEASG’2012|Portugal, 2012:7). Em questões de acessibilidade, tem-se promovido iniciativas que visam a manutenção da pessoa idosa no seu espaço, com conforto e segurança, como é o caso do Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio (SAPA) ou o Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (Programa de Ação do AEEASG’2012|Portugal, 2012:7). Os princípios do envelhecimento ativo pressupõem a manutenção de um estilo de vida saudável e independente ao longo do tempo, o que depende intensamente do indivíduo mas, também, das características do meio envolvente. Assim sendo, a promoção de hábitos de saúde preventivos deverá ser uma das respostas educativas provida pelo meio local, face ao aumento da população que requisita e carece de apoios e cuidados de saúde. Neste âmbito, o Plano Nacional de Saúde (2011-2016) e o Programa Nacional para a Saúde das Pessoas Idosas (2004) foram implementados em Portugal com o objetivo de proceder à “ [...] promoção do envelhecimento activo; melhor adequação dos cuidados de saúde às pessoas idosas; e promoção de ambientes seguros e capacitadores de autonomia” (Programa de Ação do AEEASG’2012|2012:7). Os meios locais devem estar atentos à oferta de serviços e infraestruturas adequados à população idosa como, por exemplo, vias públicas que ofereçam segurança, espaços verdes dedicados às características da faixa etária, rede funcional de transportes públicos, entre outros. Ao disponibilizar estes serviços, o meio local preserva a essencialidade da independência e autonomia do cidadão idoso, ao mesmo tempo que favorece positivamente toda a comunidade onde está inserido, pois garantir que o idoso possa participar de forma autónoma e independente fará com que seja mais provável o seu empenhamento e participação na comunidade (Committee of the Regions, 2011:26). Ao meio local tem sido atribuído um papel relevante na adequação de estratégias e projetos à realidade microssocial. Os bons exemplos de práticas e atitudes de determinado local precisam ser partilhados através da troca de experiências entre vários contextos, em intercâmbio de modelos de ação (Committee of the

Regions, 2011:31). Ao longo do tempo e da elucidação retirada de projetos colocados em prática concluiu-se que os modelos e orientações macrossociais, tipicamente globais, nem sempre encontraram a esperada receptividade nos microssistemas (região, cidade, localidade...), muitas vezes devido ao débil sentimento de identidade dos últimos em relação aos primeiros. O meio local, agindo em maior conformidade com as necessidades específicas do seu contexto, consegue edificar práticas ajustadas e significativas para as suas populações, obtendo resultados positivos que, posteriormente, poderão ser adotadas e adaptadas como modelo de ação em outros contextos. Mediante as diretrizes comuns europeias, os intervenientes locais terão de se revelar capazes de desenvolver soluções, encontrar estratégias e empreender projetos que se encaixem às características observadas em contexto real. Conclui-se, portanto, que o meio local é o principal agente de ajustamento e rentabilização de serviços, de espaços e de infraestruturas e das redes sociais. A relevância do meio mais próximo à população confere aos seus intervenientes uma maior segurança e confiança, independência e uma progressiva autonomia, mas – também – uma maior responsabilidade em todo o processo. É neste sentido, em particular, que se constata claramente que a melhoria de condições de vida de determinado setor ou grupo da população, tem implicações na melhoria de condições de vida para a realidade de toda a comunidade.

A dimensão local representa o meio que melhor chega às pessoas, o cenário onde têm lugar as relações pessoais, sociais e institucionais mais caras aos cidadãos, mais competente na provisão de apoio em caso de necessidade e privação. O meio local distingue-se como mais empático e solidário para com a sua população, ainda que possa estar sujeito às suas próprias limitações e restrições. Partindo das especificidades de determinado contexto e estabelecendo como ponto de chegada a concretização dos objetivos gerais apontados para 2020, o meio local e seus atores têm demonstrado o verdadeiro potencial de empreender projetos e iniciativas multidisciplinares com diferentes tipos de parceiros, que promovam o envelhecimento ativo na Europa (Committee of the Regions, 2011:31).

No propósito de estimular o crescimento, a produtividade, a empregabilidade e a competitividade das regiões – principalmente das mais pobres – criaram-se fundos com os objetivos de tornar as realidades mais próximas e justas entre si, de fomentar a permuta de experiências e projetos entre partes e, também, de reforçar a competitividade dos países mais prósperos. Embora as diretrizes europeias sejam delineadas em termos gerais, a administração dos fundos fica a cargo das autoridades aos níveis nacional e regional, o que denota e reforça a importância e a responsabilidade atribuída ao meio local e seus atores. Ao nível local e regional, os fundos podem ser implementados no desenvolvimento de projetos que sejam pertinentes e adequados ao contexto e suas necessidades, principalmente no que diz respeito aos objetivos de desenvolvimento humano, à inclusão e à empregabilidade das regiões, quer seja através da atualização de competências dos mais velhos, combatendo a discriminação com base na idade e, em consequência, da exclusão dos mais velhos (Committee of the Regions, 2011:35). Existem programas importantes que apoiam especificamente a revitalização regional, inseridos no Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional, que dinamizam aspetos fundamentais para o desenvolvimento das localidades e das pessoas. O subprograma INTERREG IV reforça a cooperação entre diferentes regiões através da partilha de planeamento e de experiências, principalmente de projetos que prestem serviço público ao encontro das necessidades dos mais

velhos (Committee of the Regions, 2011:36). O subprograma denominado URBACT II intervém particularmente no desenvolvimento de políticas urbanas consideradas amigas da pessoa idosa, com vista ao crescimento urbano sustentável. Estes subprogramas pretendem agilizar a troca de experiências positivas entre regiões no que diz respeito à promoção do envelhecimento ativo, criando uma rede de cidades que trabalhem juntas no sentido de superar os desafios económicos, sociais, ambientais ao nível urbano (Committee of the Regions, 2011:36). De forma a agilizar o processo de transferência de políticas e iniciativas adotadas de uma região para outra, criou-se o subprograma Regions for Economic Change que visa, por sua vez, divulgar boas práticas na promoção do envelhecimento ativo e da solidariedade intergeracional, ao encontro das políticas de crescimento apontadas pela Estratégia Europa 2020 (Committee of the Regions, 2011:36). Outras iniciativas favorecem as oportunidades de adaptação do meio urbano e das habitações às necessidades da população idosa, revitalizando as cidades e as suas estruturas, como por exemplo a iniciativa JESSICA.

Na variedade de projetos financiados pela Comissão Europeia, existe um particularmente relevante para o trabalho de investigação em curso, denominado por Guia das Cidades Amigas da Pessoa Idosa, da responsabilidade da Organização Mundial de Saúde (OMS). Atenta às alterações demográficas e sensível à qualidade de vida dos cidadãos ao longo do tempo, a OMS desenhou um projeto cuja implementação e sucesso dependem, essencialmente, do interesse que os intervenientes em meio local possam manifestar no melhoramento dos centros urbanos para ambientes progressivamente amigos da população idosa. Foram categorizadas as seguintes áreas de pertinente avaliação e intervenção: espaços exteriores e edifícios, rede de transporte, habitação, participação social, respeito e inclusão social, participação cívica e emprego, comunicação e informação, apoio social e serviços de saúde. Para cada uma das áreas mencionadas foram estruturadas listas de verificação segundo as quais se faz o mapeamento das características mais amigas da pessoa idosa, presentes ou ausentes na cidade ou no meio em questão. O objetivo é verificar o máximo de itens presentes nas listas de verificação, no sentido de tornar os meios urbanos gradualmente mais seguros, funcionais e melhor adaptados às necessidades dos mais idosos e da restante comunidade. Da mesma forma, face às ausências mais gritantes, o objetivo é reunir esforços que minimizem e resolvam as mesmas. Incluído no programa de atividades do Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e Solidariedade entre Gerações 2012, em Portugal, pretende-se através do Guia “ [...] acompanhar o desenvolvimento dos diagnósticos locais pelo projecto “CIDADES”, do projecto “Vencer o Tempo em 7 cidades” e do projecto “Porto, cidade amiga das pessoas idosas” e apoiar a expansão desta rede a nível nacional” (Programa de Ação do AEEASG’2012|Portugal, 2012:15).

Capítulo III – Desenvolvimento comunitário

1. Evolução do conceito de desenvolvimento comunitário até aos dias de hoje

A definição do conceito de desenvolvimento não se caracteriza por ser absolutamente consensual nem permaneceu imutável ao longo do tempo, tendo vindo a acompanhar as mudanças sociais e a sofrer influências provenientes das mais diversas áreas de estudo, desde a Filosofia, a Sociologia, a Economia, História, Ciências Políticas, entre outras. Idealmente, a definição de desenvolvimento constrói-se através de aproximações sucessivas ao termo recorrendo, para tal, a múltiplas vias e – desta forma - muitos autores tentaram chegar a um entendimento do termo, seguindo as mais variadas perspetivas e linhas de pensamento. Segundo Carmo (2007), uma das aproximações à definição do conceito de desenvolvimento estabelece-se com a verificação de um problema social. É importante perceber que a aparição dos problemas sociais relaciona-se de forma direta com a noção de qualidade de vida, apreçada pela modernidade e determinada por modelos globais daquilo que é considerado desejável e expectável para as populações. Anteriormente, quer por falta de uma maior consciencialização quer pelo menor fluxo de informação a circular, muitos problemas sociais não eram simplesmente identificados como tais. Um problema social consiste então na existência de uma dificuldade, suscetível de sofrer melhorias, sentida e consciencializada por um número significativo de pessoas (Abecassis cit. por Carmo, 2007) podendo ser finalmente designado como uma “[...] alegada situação incompatível com os valores de um significativo número de pessoas as quais que concordam ser necessária uma acção transformadora” (Rubington e Weinber, 1995:4 cit. por Carmo, 2007:74). Compreende-se que tem de haver, necessariamente, não só a tomada de consciência de determinado mal-estar ou problema mas também a possibilidade de este ser melhorado e ultrapassado, sem esquecer que afeta um expressivo número de pessoas. Na perspetiva de Lebret, humanista e economista francês, o conceito de desenvolvimento é avaliado à luz de um processo dinâmico e sempre inacabado, destaca não os “pontos de chegada” mas sim as “direções” que se tomam, permanentemente associadas à solidariedade. Lebret atribuiu ao conceito uma componente mais pragmática e economicista na qual reflete a relação custo-benefício e aponta a solidariedade vista a dois níveis: intra e internacional. O autor explicita que, de modo a alcançar-se a qualidade de vida pretendida, é substancial que se interrompam definitivamente com comportamentos típicos de subdesenvolvimento e de acomodação social, substituindo-os por dinâmicas de crescimento e maturação pessoais e sociais.

Ao longo do tempo, várias instituições à escala mundial revelaram empenho na conciliação do conceito de desenvolvimento às realidades mais inquietantes e que urgiam uma rápida intervenção, fazendo emergir termos como desenvolvimento humano e desenvolvimento sustentado. Relatórios sobre o desenvolvimento humano pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 1990-93 in Carmo, 2007:76) e sobre o desenvolvimento mundial do Banco Mundial em 1992 (Steer et al. in Carmo, 2007:76) expõem a importância de educar para um desenvolvimento que seja potencialmente sustentado, que garanta a melhoria da qualidade de vida das populações, ao longo do tempo e através da igualdade de oportunidades e da

solidariedade intergeracional. Dada a notoriedade que lhe é atribuída nestes relatórios, fala-se cada vez mais de uma educação vocacionada para o desenvolvimento que permitisse alcançar, em termos práticos, o ideal dos conceitos envolvidos. Assim, a educação para o desenvolvimento foi concebida como estratégia para formar a vários níveis, nomeadamente na gestão de recursos disponíveis e na educação para a solidariedade. Este último aspeto é interessante, pois a solidariedade constitui um determinante cada vez mais forte para a sobrevivência no planeta. Carmo (2007:77) considera, portanto, que a partir das perspetivas de Le Bret e dos relatórios acima mencionados, se podem assinalar dois aspetos fundamentais sobre o conceito de desenvolvimento: “ [...] o de uma situação que concede o acesso a recursos e serviços que permitem, uma população, desfrutar um melhor nível de vida; (...) o de uma situação que permite tirar partido e aperfeiçoar o potencial humano de um dado conjunto social.”

As considerações inerentes aos termos comunidade, ação e organização comunitária e serviço social das comunidades auxiliam na compreensão do conceito de desenvolvimento comunitário, até porque se verifica a generalização e confusão frequentes entre os termos referidos e com o próprio conceito de desenvolvimento comunitário em si. A definição de comunidade foi sofrendo alterações ao longo do tempo, muito graças à visão e perspetiva de quem a definia, resultando assim numa noção bastante ampla que comporta em si múltiplos sentidos, constatando Fragoso (2005:26), que “ [...] comunidade tem tantos sentidos distintos, que nos arriscamos a que não tenha sentido algum.” Há, porém, dois pontos em comum essenciais ao termo: as pessoas em relação com o meio e as pessoas em relação umas com as outras. É possível afirmar, de forma sumária, que o termo comunidade relaciona-se com a verificação de semelhanças entre elementos de um conjunto ou sistema, o que lhe confere uma determinada identidade, delimitando-a e distinguindo-a de outros sistemas e elementos. O conceito de comunidade em Ciências Sociais teve a sua primeira definição em 1887, de autoria de Ferdinand Tönnies (Carmo, 2007:79), prestando um útil contributo para a sua atual definição. Para Tönnies, o sentido de comunidade pressupõe uma elevada intimidade pessoal na qual as relações sociais têm uma sólida base afetiva. Envolve também um compromisso moral e responsável de coesão social e exige, impreterivelmente, uma certa continuidade no tempo. Segundo Ander-Egg (1982:45 cit. por Fragoso, 2005:25), a comunidade é um conjunto social com interesses vitais em comum, embutido de um forte sentimento de pertença, condicionado pelo fator de proximidade geográfica, que considera estruturador e solidificador desses mesmos interesses, sintetizando-o num

“ [...] agrupamento organizado de pessoas que se entendem como unidade social cujos membros participam de alguma característica, interesse, elemento, objectivo ou função comum, com consciência de pertença, situadas numa determinada área geográfica na qual a pluralidade das pessoas inter-acciona mais intensamente entre si que noutra contexto.”

No contexto da sociedade contemporânea, a noção de comunidade é influenciada por aquilo que Carmo (2007) denomina de «explosão multicultural» pois, de facto, as comunidades são definidas de forma particular pelas conjunturas políticas e sociais dos tempos. É importante entender que a densidade social, indispensável à existência de uma comunidade, deixou de ser contornada pela presença física das pessoas

que a ela pertencem, reforçando a evidência de uma sociedade sem espaço e sem tempo, conseqüente do fenômeno da globalização, explorado por Giddens (1991) e pelas teorias sociológicas que se debruçam sobre a modernidade ou a pós-modernidade. Fragoso (2005:31) conclui que a definição de comunidade “ [...] representa um conceito movediço” e estranha que, numa era em que o capital e recursos desconhecem fronteiras físicas, ainda se tente definir comunidade pelo espaço geográfico ou pela circunscrição espacial.

A noção de organização comunitária traduz-se, por sua vez, na articulação de meios humanos e materiais que crie as condições necessárias para que dado conjunto social se transforme, efetivamente, numa comunidade. A estratégia relativa à articulação de meios incide em três diferentes pontos: na identificação de recursos, na articulação dos mesmos e no estabelecimento de prioridades. Entenda-se que o termo recurso compreende, em si, a noção de utilidade. Um dos exemplos mais claros pode ser dado com a população idosa de um determinado contexto. Este grupo social é encarado muitas vezes como um grupo-problema devido às características que parte dos seus elementos apresenta, nomeadamente em termos de dependência ou falta de autonomia. A população idosa ao não ser encarada como recurso comunitário por excelência, descarta a utilidade que possa revelar em termos de apoio à família, na educação dos mais novos, na participação social ao nível do voluntariado, entre outros aspetos, desprestigiando o seu importante papel social. Urge uma transformação de mentalidades sobre esta visão redutora e limitadora acerca dos idosos, que mais adiante abordarei com maior atenção.

O serviço social das comunidades surge como estratégia macro do serviço social e apresenta como objetivos principais ajudar determinada população a consciencializar-se, primeiramente, das suas necessidades e, só depois, dos seus recursos; ajudar a promover um olhar crítico perante a sua própria realidade, exigindo reflexão da sua parte e, por último, organizar os recursos em relação às necessidades efetivas, através da ação e do envolvimento dinâmico da população. Estes três pontos congregam o forte intuito e determinação de uma progressiva autonomização e independência das populações, principalmente em relação ao Estado. No âmbito desta investigação, e para a população idosa com especial enfoque, a emancipação é uma ideia muito interessante pois poderá constituir uma potencial forma de colmatar o vazio que a intervenção estatal que, por si só, deixa de preencher em determinadas áreas, especialmente em períodos económicos e sociais instáveis.

À medida que o conceito de desenvolvimento foi evoluindo numa perspetiva moldada às circunstâncias e às necessidades sociais das diferentes épocas, foi no período pós-guerra mundial que o conceito de desenvolvimento comunitário ganhou maior expressão no campo teórico e no campo prático. Perante a emergência de graves desequilíbrios e a identificação de problemas sociais inéditos, o desenvolvimento comunitário surge como um poderoso método de intervenção social, que coloca em sinergia forças do Estado e forças do poder local e das comunidades no que diz respeito à concertação de estratégias, práticas e esforços. Na abordagem a um novo conjunto de situações críticas para as quais não havia - naturalmente - um quadro de referência prévio, a organização comunitária ganha expressão como possível resposta aos problemas de reestruturação social, resultantes dos fenómenos de industrialização, migração e globalização.

Após um moroso processo construtivo, a definição de desenvolvimento comunitário mais consensual tem por base o documento das Nações Unidas intitulado “Progresso social através do Desenvolvimento

Comunitário”, de 1950 (Carmo, 1995 in Carmo, 2007:84). Esta definição enquadra o desenvolvimento comunitário num processo que cria progresso económico e social para toda a comunidade, envolvendo duplamente a sua tomada de iniciativa e a sua participação. Três décadas mais tarde, Ander-Egg (1980:69 cit. por Carmo, 2007:84) identifica desenvolvimento comunitário como sendo “Uma técnica social de promoção do homem e de mobilização de recursos humanos e institucionais, mediante a participação activa e democrática da população, no estudo, planeamento, e execução de programas ao nível de comunidades de base, destinados a melhorar o seu nível de vida”. Já segundo Fragoso (2005:24), o desenvolvimento comunitário pode ser encarado sob duas perspectivas completamente antagónicas em que o conceito pode indicar, por um lado, “[...] um processo radical que, através da participação, da organização dos colectivos e da sua acção na comunidade, aponta um caminho inequívoco em direcção à libertação e emancipação dos sujeitos” embora também possa representar algo que “[...] começou a ser utilizado em contexto colonial, muitas vezes como um mero instrumento de controlo social”. Fragoso (2005:27), através de Nogueiras (1996), destaca os programas que visavam o desenvolvimento de certas regiões, em particular nas áreas de avanço tecnológico e científico, reformas agrárias, intervenção e integração de grupos sociais minoritários ou marginais, atendendo que os primeiros grandes esforços no sentido do desenvolvimento comunitário tiveram lugar no contexto do chamado Terceiro Mundo, sob alçada governamental e após a descolonização. O autor explicita que, ao longo do tempo, “[...] vão surgindo conceitos que mudam estas orientações, centrados por exemplo na perspectiva das pessoas como sujeitos sociais na sua integridade, intervenientes nos assuntos que dizem respeito à sua vida, reconhecendo-se o potencial dos modelos de baixo para cima.” (Fragoso, 2005:28) Assim, o surpreendente interesse no papel das populações valorizou de sobremaneira o conceito de desenvolvimento comunitário, arrancando-o de um estatuto praticamente normativo e impositor, doutrinado apenas pelos países mais ricos e mais desenvolvidos. Rezsohazy (1988) e Twelvetrees (1991), (in Fragoso, 2005:28), destacam a importância da população no processo de reconhecimento das suas necessidades e problemas, atribuindo ao coletivo a força motriz da ação comunitária. Taylor (1993) e Friedmann (1996) (in Fragoso, 2005:28) enfatizam o conceito de *empowerment* como fonte de mudança no meio local. Ander-Egg (1982) chama a atenção para a função claramente educativa do processo de desenvolvimento comunitário, característica que lhe é fundamental.

A revisão dos princípios inerentes ao conceito de desenvolvimento comunitário passa, fundamentalmente, por examinar as diferentes esferas subjacentes ao mesmo e que são identificadas como sendo: 1. Necessidades sentidas; 2. Participação; 3. Cooperação; 4. Auto-sustentação; 5. Universalidade (Carmo, 2007:86-87). Em primeiro lugar, e como acima foi observado, todo e qualquer projeto realizado no âmbito do desenvolvimento comunitário deve ter como ponto de partida a verificação das necessidades, do mal-estar ou das dificuldades sentidas pela própria população, ao invés de partir identificações de problemas sociais realizadas por técnicos ou profissionais das áreas envolvidas. Seguidamente, pressupõe impreterivelmente o envolvimento da população em todos os passos do processo respeitante ao projeto, desde a identificação de problemas, ao planeamento, passando pela elaboração e implementação de estratégias. Denote-se que os níveis de colaboração entre os sectores públicos e privados ditam, por sua vez, a própria viabilidade e rentabilização dos projetos. A esfera da colaboração implica de forma única com o princípio da

autossustentação, na perspectiva de que qualquer projeto de carácter comunitário age como promotor de mudança e transformação da realidade, mas de uma mudança passível de ser mantida e continuada pela população de forma autónoma, numa dinâmica de equilíbrio e mediando os efeitos perversos que daí possa advir. Por fim, os projetos de desenvolvimento comunitário devem abarcar a globalidade da população visada e não apenas subgrupos da mesma. Estes princípios tidos em conta na elaboração e implementação de um projeto no âmbito do desenvolvimento comunitário fazem com que se aumentem as hipóteses de viabilidade e sustentabilidade de um plano ou de uma ideia. Neste sentido, conclui-se que o projeto tem de ser absolutamente experienciado na «primeira pessoa» e pela própria população, numa profunda envolvimento com o mesmo. Ainda de acordo com Carmo (2007:88), os projetos na vertente do desenvolvimento comunitário podem atuar em três categorias distintas: 1. Geográfica; 2. Conceptual; 3. De estilo de intervenção. A primeira categoria adapta o projeto de acordo com os modelos de atuação dominantes de determinada região. O segundo decorre em diferentes graduações, segundo Manuela Silva (cit. in Carmo, 2007:89), sendo de assinalar as escalas nacionais, regionais e microssociais. A terceira categoria estabelece três diferentes modos de ação, que vão desde o desenvolvimento local ao nível de grupos microssociais, passando pelo planeamento social ao nível meso e macrossocial e orientado para a resolução de problemas concretos, até à ação social que integra as três dimensões micro, meso e a macrossocial, numa perspectiva de alteração dos sistemas de poder instituídos (Rothman cit in Jacobsen e Heitkamp, 1995:311-324, in Carmo, 2007:90).

Numa abordagem cronológica ao conceito de desenvolvimento comunitário teve lugar, em 1948, a Conferência Internacional em Cambridge sobre administração em África, onde é reconhecida a utilidade do desenvolvimento comunitário como estratégia de desenvolvimento em países em situação de descolonização. Em 1950 é apresentado o relatório “Progresso Social através do Desenvolvimento Comunitário” pelas Nações Unidas, que legitima o conceito perante a comunidade internacional. Em 1956, Baarn, Países Baixos, consagra-se a noção de “região-problema” inerente ao conceito de desenvolvimento comunitário. Em 1958 dá-se um passo importante em Palermo, Itália, na interligação da investigação com a ação e na instituição do desenvolvimento comunitário como campo da Ciência Aplicada, com instrumentos de estudo e de diagnóstico equiparados ao nível da ação empírica da época. Em 1959 na cidade de Bristol, Reino Unido, faz-se a extensão do conceito de desenvolvimento comunitário ao meio urbano pois, até então, era predominantemente aplicado ao meio rural ou aos países subdesenvolvidos. É neste momento que o desenvolvimento comunitário passa a ser encarado como uma mais-valia na intervenção nos problemas sociais dos países ditos desenvolvidos, que apresentam problemáticas muito próprias e específicas em termos de desenvolvimento.

Os estudos que se realizam no âmbito do desenvolvimento comunitário assumem geralmente a forma de monografia ou artigo, com maior propensão para os temas relacionados com o trabalho, o emprego e sobre os idosos. Não obstante, Carmo (2007:103) contudo considera que o ainda parco número de ensaios realizados nestas áreas, nomeadamente no que diz respeito à população idosa, é indicativo de duas tendências alarmantes. Por um lado, espelha o preconceito que recai sobre o idoso que o associa à dependência física, emocional e psicológica, ao invés de ser encarado como um válido contributo de participação, experiência,

apoio e recurso para toda a comunidade. Por outro, é uma situação inquietante quando a insensibilidade e de ignorância origina atitudes discriminatórias com base na idade. A consciência e até a percepção do peso demográfico que a população idosa representa na sociedade é relativamente recente porém, na ausência de políticas sociais específicas para a terceira idade, decorrerá que cada vez mais indivíduos vivam a sua velhice com pouca qualidade de vida, sem o envolvimento social desejável, praticamente em situação de risco de exclusão social.

2. Meios urbanos e desenvolvimento: cidades educadoras

O conceito de cidade educadora relaciona-se intimamente com as necessidades verificadas e apresentadas pelo Guia das Cidades Amigas das Pessoas Idosas. O movimento das Cidades Educadoras teve início em 1990 com a realização do I Congresso Internacional de Cidades Educadoras, realizado na cidade de Barcelona, Espanha, tendo sido neste evento que se definiram, na Carta Inicial, os princípios intrínsecos pelos quais uma cidade se deve reger. A sua revisão teve lugar no III Congresso Internacional em Bolonha, no ano de 1994, a fim de adaptar as suas abordagens aos novos desafios e necessidades sociais identificados. A sua formalização decorreu em Génova, em 2004. O documento estabelece que a cidade sendo educadora pode, ao mesmo tempo, estar sujeita a forças deseducadoras, definindo-se portanto como “ [...] um sistema complexo e ao mesmo tempo um agente educativo permanente, plural e poliédrico, capaz de contrariar os factores deseducativos” (Carta das Cidades Educadoras, 2004:2).

Na Carta das Cidades Educadoras é colocada em evidência a importância da singularidade e especificidade inerente a cada cidade, refletidas de forma sublime nos seus habitantes. A cidade insere-se num determinado país ou região e estabelece estreitas relações com o meio envolvente, isto é, com outros centros urbanos, localidades mais pequenas ou, até mesmo, com países diferentes, não se esgotando nunca em si mesma. Admite-se que cada cidade cria as suas próprias fronteiras, ainda que estas não devam funcionar como barreiras, indicando que “O seu objectivo permanente será o de aprender, trocar, partilhar e, por consequência, enriquecer a vida dos seus habitantes” (Carta das Cidades Educadoras, 2004:2). A preocupação com o desenvolvimento integral dos seus habitantes é uma ideia reforçada a cada linha, pois cada cidade deve sentir-se responsável pela educação e formação ao longo da vida de todos os seus habitantes, nos âmbitos formal ou informal e de modo holístico, ou seja, na vertente pessoal, profissional, social, ambiental, cultural e territorial. Desta forma, “A cidade educadora deve exercer e desenvolver esta função paralelamente às suas funções tradicionais (económica, social, política de prestação de serviços), tendo em vista a formação, promoção e o desenvolvimento de todos os seus habitantes” apontando que, para isso, “ [...] suas instituições educativas formais, suas intervenções não formais (de uma intencionalidade educadora para além da educação formal) e informais (não intencionais ou planificadas), deverão colaborar, bilateral ou multilateralmente, tornando realidade a troca de experiências” (Carta das Cidades Educadoras, 2004:2 e 3).

Contextualizados numa sociedade do Conhecimento, os meios urbanos interrelacionam-se com as

problemáticas subjacentes ao desenvolvimento e à globalização. Numa era caracterizada pela mudança rápida e constante de paradigmas, os desafios que se colocam às sociedades exigem às pessoas novas formas de conceptualização e atuação. Aos cidadãos é cada vez mais solicitada a participação de forma crítica e consciente, bem como a capacidade de tomada de decisão, apelando à responsabilização e mobilização no presente rompendo – finalmente - com a ideia gasta dos “*cidadãos do futuro*”, para passarmos a pensar local e imediatamente em “*cidadãos do presente*”, como defende Morin (2002). O conceito de cidade educadora constitui, esperançosamente, uma das respostas aos desafios colocados à sociedade moderna. Desta forma, e sem perder a sua própria identidade, os processos e iniciativas desenvolvidas nas cidades e pelas comunidades devem confluir com as dinâmicas globais, pressupondo um permanente equilíbrio entre a manutenção da identidade e a receptividade às disposições globais, reafirmando que “O contexto tem necessidade, ele mesmo, de seu próprio contexto e, actualmente, o conhecimento deve se referir ao global” (Morin, 2002:4). Os desafios identificados pela Carta das Cidades Educadoras (2004:2)¹ enumeram-se da seguinte forma:

“Primeiro “investir” na educação de cada pessoa, de maneira a que esta seja cada vez mais capaz de exprimir, afirmar e desenvolver o seu potencial humano, assim como a sua singularidade, a sua criatividade e a sua responsabilidade.

Segundo, promover as condições de plena igualdade para que todos possam sentir-se respeitados e serem respeitadores, capazes de diálogo.

Terceiro, conjugar todos os factores possíveis para que se possa construir, cidade a cidade, uma verdadeira sociedade do conhecimento sem exclusões, para a qual é preciso providenciar, entre outros, o acesso fácil de toda a população às tecnologias da informação e das comunicações que permitam o seu desenvolvimento.”

Para a cidade educadora, o papel do meio local é fundamental pois, dotado de um maior conhecimento e aproximação à realidade específica da sua comunidade, o município revela-se a entidade promotora - por excelência - das iniciativas locais numa perspetiva de desenvolvimento. A Câmara Municipal de Leiria deu início ao processo de adesão à AICE - Associação Internacional das Cidades Educadoras em Abril de 2005, tendo sido formalizada a 14 de Setembro de 2006 na Assembleia Geral Ordinária da AICE, em Lyon – França.²

Ainda que numa perspetiva geral no âmbito do desenvolvimento comunitário, a presente investigação centralizar-se-á principalmente no conceito de sociedades amigas das pessoas idosas procurando identificar, junto da comunidade, eventuais lacunas, pontos fracos, mas também vantagens e bons exemplos de práticas a divulgar que tornem a cidade mais justa e acessível, a todas as gerações.

¹ Ver Anexo 1

² Câmara Municipal de Leiria. (2010). *Leiria – Município Educador*. Consultado em 16-10-2012, disponível em http://www.cm-leiria.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=30684

Capítulo IV – Metodologia

1. Questões de partida, objeto e objetivos da investigação

O objeto de estudo da presente investigação incide no entender a perceção de pessoas do grupo etário 55+, em representatividade dos reformados e pensionistas residentes no município de Leiria, sobre as oportunidades e possibilidades de participação e inclusão social que o seu meio propicia.

1.1. Questões secundárias e pergunta de partida

Na sequência dos estudos de fenómenos como o envelhecimento demográfico e repercussões sociais do mesmo, bem como a abordagem à identidade da pessoa idosa associada à valorização pessoal com base na participação e inclusão social, importa conseguir responder à questão de partida colocada:

De que forma o grupo etário 55+ estudado, residente em Leiria, perceciona as possibilidades de participação e inclusão social na comunidade local?

Para dar resposta à questão central da investigação, foi importante delinear questões que direcionassem os passos da mesma, a saber:

- A comunidade é sensível e atenta à problemática do envelhecimento demográfico?
- As dinâmicas locais promovidas na cidade favorecem a participação e inclusão das pessoas idosas?
- As pessoas idosas são valorizadas pela sua comunidade? De que forma?

1.2. Objetivos e questões relacionadas com a investigação

De maneira a dar seguimento às questões orientadoras para, por fim, estarmos aptos a responder à pergunta de partida, definiram-se os seguintes objetivos:

Objetivos gerais

- Perceber de que forma o grupo de inquiridos estudados, pertencentes ao grupo etário 55+, percecionam as oportunidades de participação e inclusão social promovidas no seio da sua comunidade;
- Avaliar se os mesmos têm a possibilidade ou sentem vantagem em participar nessas mesmas ações;
- Refletir de que modo se pode valorizar as pessoas idosas, através das dinâmicas locais e no

envolvimento com as diferentes faixas intergeracionais.

Objetivos específicos

- Conhecer os principais obstáculos à participação e inclusão social apontados pelo grupo alvo;
- Comparar o modo como os inquiridos do sexo masculino e do sexo feminino se pronunciam perante questões idênticas;
- Identificar aspetos passíveis de melhoria nos níveis de participação, respeito e inclusão na comunidade local;
- Enumerar soluções que valorizem as pessoas idosas e que favoreçam a sua participação e inclusão social na comunidade.

1.3. Delimitação cronológica da investigação

A presente investigação decorre na cidade de Leiria, contexto relevante para avaliação e análise do objeto de estudo da mesma. Os resultados foram recolhidos entre o período de novembro de 2012 e outubro de 2013, tendo abrangido um total de 30 inquiridos, representados por 15 elementos de cada sexo.

2. Design da investigação

Os trabalhos de investigação científica em ciências sociais, segundo Quivy e Campenhoudt, têm sido essencialmente capazes de “ [...] compreender com mais nitidez como determinadas pessoas apreendem um problema” (2005:19). Desta forma, o desenvolvimento de capacidades de aprendizagem, compreensão e reflexão por parte do investigador é muito mais adequado ao presente tipo de trabalho, que propriamente a criação de novo conhecimento científico, de tal forma inovador, que faça evoluir a disciplina e modifique os seus quadros de referência.

Atendendo portanto aos objetivos subjacentes à investigação, a mesma decorreu pelo método de inquérito por questionário. Este método de investigação em ciências sociais revelou-se o mais apropriado por se aproximar à intenção de conhecer as opiniões e as expectativas de um determinado grupo, através do estabelecimento de uma representatividade. Ainda que a representatividade estabelecida não seja, de todo, absoluta, é ela que permite a exequibilidade do estudo aqui proposto. O questionário caracteriza-se por ser de administração direta, tendo sido os próprios inquiridos a responder às questões colocadas no mesmo, na presença física do inquiridor. Ainda de acordo com os autores acima citados, o método de inquérito por questionário é pautado pela “ [...] verificação de hipóteses teóricas e a análise das correlações que essas hipóteses sugerem” (Quivy e Campenhoudt, 2005:188).

3. Seleção da amostra

A amostra selecionada no propósito desta investigação constitui-se por 30 residentes no município de Leiria, com idade igual ou superior aos 55 anos, sendo metade pertencente ao sexo masculino e a outra metade ao sexo feminino. Estes foram selecionados tendo como critérios o facto de residirem nas proximidades geográficas de Leiria procurando, ao mesmo tempo e sempre que possível, abranger a maior variedade possível de inquiridos provenientes das freguesias periféricas à cidade. Desta forma foram inquiridos 16 indivíduos da freguesia de Leiria, 6 da freguesia dos Marrazes, 2 provenientes dos Pousos, e 1 indivíduo para cada uma das restantes freguesias: Cortes, Amor, Bajouca, Parceiros, Colmeias e Monte Redondo.

4. Técnicas e instrumentos utilizados na recolha de dados

De forma a dar resposta à pergunta de partida e a cumprir os objetivos delineados pela presente investigação, procedeu-se à seleção de técnicas e instrumentos de recolha de dados mais ajustadas à mesma. Assim sendo, aplicou-se um inquérito por questionário de autoria da Associação VIDA, que se divide em oito tópicos ou eixos essenciais: 1) Prédios públicos e espaços abertos; 2) Transportes; 3) Habitação; 4) Participação social; 5) Respeito e inclusão social; 6) Participação cívica e emprego; 7) Comunicação e informação; 8) Apoio comunitário e serviços. O instrumento de recolha aplicado prevê a obtenção sistemática de respostas do tipo fechado (sim, não, não sabe), com exceção da última questão de cada tópico ou eixo, que figura de cariz opcional e aberto. Devido à extensão do instrumento de recolha e atendendo aos objetivos da investigação previamente delineados, somente os pontos 4) Participação social e 5) Respeito e inclusão social foram escrutinados no tratamento e avaliação dos resultados (ver Anexo 2).

5. Tratamento e avaliação dos resultados

Após a seleção dos eixos 4) Participação social e 5) Respeito e inclusão social como os tópicos de maior relevância e pertinência para a presente investigação, a sua análise realizou-se em pontos distintos. Para que fosse possível estabelecer um ponto inicial de discussão de resultados, num primeiro momento, procedeu-se ao tratamento dos resultados obtidos segundo o género das pessoas inquiridas. Assim sendo, fez-se uma comparação entre as respostas dadas pelos inquiridos do sexo masculino, contrapondo com as respostas dadas pelos inquiridos do sexo feminino (Quadro 1). Num segundo momento, os resultados foram avaliados considerando ao número de respostas «Sim», «Não» e «Não sabe» apuradas no conjunto total dos inquiridos, isto é, agrupando na mesma avaliação as respostas dos inquiridos masculinos e dos inquiridos femininos. A incidência de respostas «Sim», «Não» e «Não sabe» foi verificada segundo dois aspetos: frequência de resposta e percentagem de resposta (Quadro 2). No seguimento do tratamento e avaliação de resultados, e refletindo sobre a importância para o trabalho em curso verificou-se, em particular, a incidência de respostas «Não», procurando – com isso – identificar eventuais lacunas e outros aspetos que deveriam estar, na opinião

dos inquiridos, mais reforçados na sua comunidade. Desta forma, procedeu-se ao tratamento e avaliação do conjunto de respostas negativas, para ambos os géneros, masculino e feminino (Quadro 3). Por fim, os resultados foram tratados e avaliados mediante as faixas etárias dos inquiridos, masculinos e femininos no conjunto, tendo estes sido agrupados em 3 grupos distintos: um primeiro grupo (grupo I) constituído pelo conjunto de inquiridos com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos, um segundo grupo (grupo II) constituído pelo conjunto de inquiridos com idades compreendidas entre os 65 e os 74 anos e, por último, um terceiro grupo (grupo III) constituído pelo conjunto de inquiridos com idades compreendidas entre os 75 e os 84 anos (Quadro 4). Visto não ter sido verificado nenhum inquirido com idade igual ou superior aos 85 anos de idade, não foi necessário proceder à constituição de mais grupos com base na idade para análise dos resultados.

Capítulo V – Apresentação e análise de dados

Feita a abordagem ao tratamento e avaliação dos resultados no âmbito deste trabalho, torna-se necessário apresentar e analisar os dados mais significativos para o estudo vigente. Embora as diferenças estatisticamente significativas não sejam verificadas com frequência nos dados apresentados no presente capítulo reserva-se, para o capítulo da discussão dos resultados, uma análise mais profunda das questões relevantes para o campo de ação da presente investigação.

1. Comparação de respostas entre os sexos masculino e feminino

Após uma primeira revisão da informação recolhida pelo inquérito por questionário, observam-se os dados comparativos entre sexos, para cada um dos eixos mencionados no tratamento e avaliação dos resultados. Os dados apresentam-se em termos percentuais.

Tabela 1.1: Apresentação e análise do eixo 4) Participação social

		Sim	Não	Não sabe	P<0,05
4.1	Masc.	66,70%	13,30%	20,00%	.520
	Fem.	73,30%	0,00%	26,70%	
4.2	Masc.	60,00%	13,30%	26,70%	1
	Fem.	53,30%	13,30%	33,30%	
4.3	Masc.	66,70%	0,00%	33,30%	1
	Fem.	60,00%	6,70%	26,70%	
4.4	Masc.	20,00%	46,70%	33,30%	.282
	Fem.	46,70%	26,70%	26,70%	
4.5	Masc.	40,00%	20,00%	33,30%	.175
	Fem.	66,70%	0,00%	33,30%	
4.6	Masc.	46,70%	20,00%	33,30%	.795
	Fem.	60,00%	13,30%	26,70%	
4.7	Masc.	46,70%	6,70%	46,70%	.338
	Fem.	20,00%	6,70%	73,30%	
4.8	Masc.	13,30%	53,30%	33,30%	.518
	Fem.	33,30%	40,00%	26,70%	
4.9	Masc.	33,30%	20,00%	46,70%	.460
	Fem.	46,70%	33,30%	20,00%	
4.10	Masc.	6,70%	46,70%	46,70%	.600
	Fem.	6,70%	73,30%	20,00%	
4.11	Masc.	40,00%	20,00%	40,00%	.428
	Fem.	40,00%	40,00%	20,00%	
4.12	Masc.	46,70%	20,00%	33,30%	.614
	Fem.	60,00%	26,70%	13,30%	
4.13	Masc.	20,00%	40,00%	40,00%	.633
	Fem.	26,70%	20,00%	46,70%	
4.14	Masc.	53,30%	6,70%	40,00%	.018(*)
	Fem.	93,30%	6,70%	0,00%	

(*) Diferença estatisticamente significativa

Foi possível identificar, na análise do eixo 4, a presença de uma diferença estatisticamente significativa na questão 4.14: “São utilizados espaços como Escolas, Centros Recreativos, Bibliotecas, entre outros, para a realização de eventos e actividades?” - na qual 93.30% dos inquiridos femininos respondeu «Sim» contrapondo com 53.30% dos inquiridos do sexo masculino. A percentagem de respostas «Não sabe» incide nos 40,00% para os homens, enquanto que para as mulheres é nula, 0,0%.

Tabela 1.2: Apresentação e análise do eixo 5) Respeito e inclusão social

		Sim	Não	Não sabe	P<0,05
5.1	Masc.	13,30%	60,00%	26,70%	1
	Fem.	6,70%	66,70%	26,70%	
5.2	Masc.	26,70%	33,30%	40,00%	1
	Fem.	20,00%	40,00%	40,00%	
5.3	Masc.	13,30%	40,00%	46,70%	1
	Fem.	6,70%	46,70%	46,70%	
5.4	Masc.	0,00%	73,30%	26,70%	.141
	Fem.	6,70%	40,00%	53,30%	
5.5	Masc.	6,70%	66,70%	26,70%	.041(*)
	Fem.	13,30%	20,00%	66,70%	
5.6	Masc.	33,30%	20,00%	46,70%	.126
	Fem.	66,70%	13,30%	20,00%	
5.7	Masc.	20,00%	60,00%	20,00%	1
	Fem.	13,30%	60,00%	26,70%	
5.8	Masc.	33,30%	40,00%	26,70%	.724
	Fem.	40,00%	26,70%	33,30%	
5.9	Masc.	60,00%	33,30%	6,70%	.034(*)
	Fem.	26,70%	20,00%	53,40%	
5.10	Masc.	6,70%	66,70%	26,70%	.038(*)
	Fem.	40,00%	26,70%	33,30%	
5.11	Masc.	26,70%	33,30%	40,00%	.898
	Fem.	40,00%	33,30%	26,70%	
5.12	Masc.	20,00%	20,00%	60,00%	.885
	Fem.	33,30%	20,00%	46,70%	
5.13	Masc.	33,30%	40,00%	26,70%	1
	Fem.	33,30%	40,00%	26,70%	
5.14	Masc.	13,30%	46,70%	40,00%	.255
	Fem.	33,30%	53,30%	13,30%	
5.15	Masc.	40,00%	33,30%	26,70%	.422
	Fem.	40,00%	13,30%	46,70%	
5.16	Masc.	13,30%	26,70%	60,00%	.781
	Fem.	26,70%	20,00%	53,30%	
5.17	Masc.	20,00%	46,70%	33,30%	.490
	Fem.	13,30%	36,70%	46,70%	
5.18	Masc.	60,00%	40,00%	0,00%	.490
	Fem.	66,70%	20,00%	13,30%	

(*) Diferença estatisticamente significativa

Realçam-se, na análise do eixo 5, três questões que exprimem diferenças estatisticamente significativas, a salientar a questão 5.5: “Os produtos estão adaptados às necessidades e preferências das pessoas mais velhas?”, a questão 5.9: “As pessoas mais velhas com menos recursos económicos têm acesso aos serviços privados a pagar?” e, por fim, a questão 5.10: “As pessoas mais velhas costumam aparecer/ participar nos meios de comunicação social (ex.: televisão, jornais, rádio, etc...)?” Todas as questões previamente ressaltadas demonstram uma forte ocorrência de respostas «Não sabe», dadas pelos inquiridos do sexo feminino.

2. Ocorrência de respostas no total dos inquiridos

O conjunto seguinte de tabelas exhibe o número total de respostas «Sim», «Não» e «Não sabe», para cada questão dos eixos 4 e 5. Nesta análise as respostas de todos os inquiridos (homens e mulheres) agregam-se num todo. Os dados que se seguem apresentam-se sob a forma de frequência e percentagem, ficando reservada a sua análise e discussão para o capítulo seguinte.

Tabela 2.1: Apresentação da frequência e percentagem de respostas do eixo 4

Questões	Sim		Não		N. sabe		Total	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
4.1	21	70,00%	2	6,7%	7	23,30%	30	100%
4.2	17	56,70%	4	13,30%	9	30,00%	30	100%
4.3	19	63,30%	1	3,30%	10	33,30%	30	100%
4.4	10	33,30%	11	36,70%	9	30,00%	30	100%
4.5	16	53,30%	3	10,00%	11	36,60%	30	100%
4.6	16	53,30%	5	16,70%	9	30,00%	30	100%
4.7	10	33,30%	2	6,70%	18	60,00%	30	100%
4.8	7	23,30%	14	46,70%	9	30,00%	30	100%
4.9	12	40,00%	8	26,70%	10	33,30%	30	100%
4.10	2	6,70%	18	60,00%	10	33,30%	30	100%
4.11	12	40,00%	9	30,00%	9	30,00%	30	100%
4.12	16	53,30%	7	23,30%	7	23,30%	30	100%
4.13	7	23,30%	9	30,00%	14	46,60%	30	100%
4.14	22	73,30%	2	6,70%	6	20,00%	30	100%

Tabela 2.2: Apresentação da frequência e percentagem de respostas do eixo 5

Questões	Sim		Não		N. sabe		Total	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
5.1	3	10,00%	19	63,30%	8	26,70%	30	100%
5.2	7	23,30%	11	36,70%	12	40,00%	30	100%
5.3	3	10,00%	13	43,30%	14	46,70%	30	100%
5.4	1	3,30%	17	56,70%	12	40,00%	30	100%
5.5	3	10,00%	13	43,30%	14	46,60%	30	100%
5.6	15	50,00%	5	16,70%	10	33,30%	30	100%
5.7	5	16,70%	18	60,00%	7	23,30%	30	100%
5.8	11	36,70%	10	33,30%	9	30,00%	30	100%
5.9	13	43,30%	8	26,70%	9	30,00%	30	100%
5.10	7	23,30%	14	46,70%	9	30,00%	30	100%
5.11	10	33,30%	10	33,30%	10	33,30%	30	100%
5.12	8	26,70%	6	20,00%	16	53,30%	30	100%
5.13	10	33,30%	12	40,00%	8	26,70%	30	100%
5.14	7	23,30%	15	50,00%	8	26,70%	30	100%
5.15	12	40,00%	7	23,30%	11	36,70%	30	100%
5.16	6	20,00%	7	23,30%	17	56,70%	30	100%
5.17	5	16,70%	11	36,70%	14	46,70%	30	100%
5.18	19	63,30%	9	30,00%	2	6,70%	30	100%

3. Ocorrência de respostas negativas no total dos inquiridos

A observação da frequência e percentagem de respostas negativas é fundamental para alcançar os objetivos a que a presente investigação se propôs. Atendendo que o instrumento de recolha selecionado não permite nem pretende classificar ou avaliar qualitativamente os atributos da comunidade, questionados ao longo das perguntas, torna-se então importante verificar a ocorrência de respostas «Não» de modo a perceber quais as lacunas existentes nos eixos elegidos, percebidas pelos inquiridos e sugeridas pelas suas respostas.

A análise ao número de respostas «Não» auxilia, igualmente, a leitura e compreensão das tabelas 2.1 e 2.2.

Tabela 3.1: Apresentação e análise da ocorrência de respostas negativas no eixo 4

Questões	Frequência «Não»	Percentagem «Não»
4.1	2	6,70%
4.2	4	13,30%
4.3	1	3,30%
4.4	11	36,70%
4.5	3	10,00%
4.6	5	16,70%
4.7	2	6,70%
4.8	14	46,70%
4.9	8	26,70%
4.10	18	60,00%
4.11	9	30,00%
4.12	7	23,30%
4.13	9	30,00%
4.14	2	6,70%

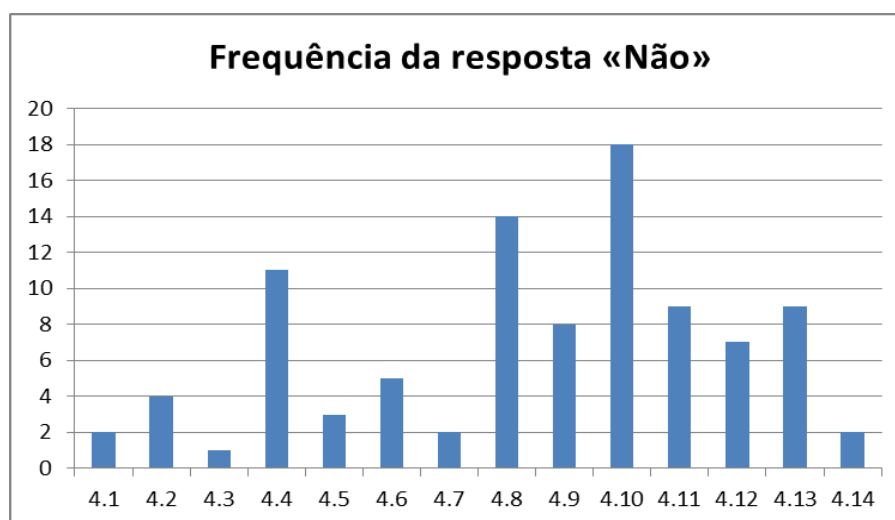


Gráfico 1 – Frequência da resposta «Não» no eixo 4) Participação social para o total de inquiridos

A maior incidência de respostas negativas ocorre nas questões 4.4, 4.8 e 4.10, correspondendo às perguntas:

- Questão 4.4: (Os eventos e atividades) “ [...] realizam-se a horas convenientes para pessoas mais velhas?”, 11 respostas «Não»;
- Questão 4.8: “A informação dos eventos e actividades é suficiente?”, 14 respostas «Não»;
- Questão 4.9: “A divulgação informa com chegar através de transportes públicos?”, 18 respostas «Não».

Tabela 3.2: Apresentação e análise da ocorrência de respostas negativas no eixo 5

Questões	Frequência Não	Porcentagem Não
5.1	19	63,00%
5.2	11	36,70%
5.3	13	43,30%
5.4	17	56,70%
5.5	13	43,30%
5.6	5	16,70%
5.7	18	60,00%
5.8	10	33,30%
5.9	8	26,70%
5.10	14	46,70%
5.11	10	33,30%
5.12	6	20,00%
5.13	12	40,00%
5.14	15	50,00%
5.15	7	23,30%
5.16	7	23,30%
5.17	11	36,70%
5.18	9	30,00%

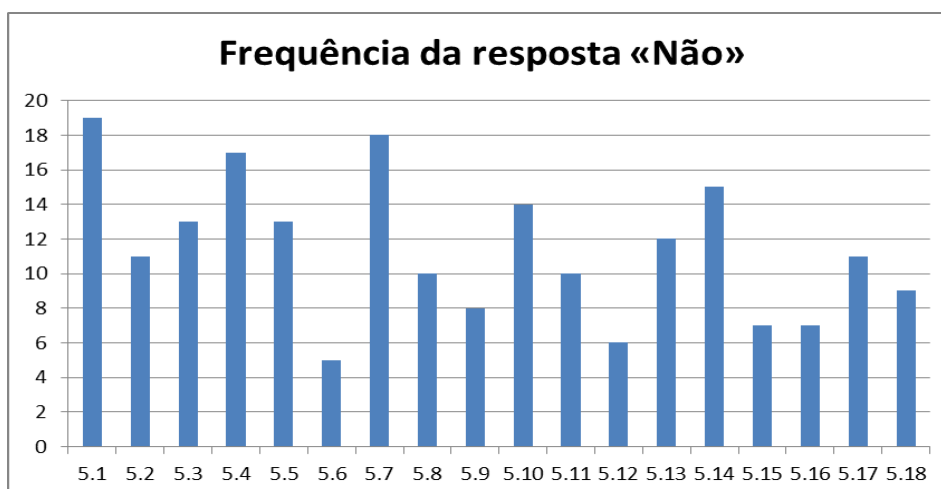


Gráfico 2 – Frequência da resposta «Não» no eixo 5) Respeito e inclusão social para o total de inquiridos

No eixo 5, por sua vez, a ocorrência de respostas negativas incide predominantemente nas questões 5.1, 5.4 e 5.7, correspondentes às seguintes perguntas:

- Questão 5.1: “Para melhorar os serviços prestados/ atendimento as pessoas mais velhas são consultadas/ ouvidas pelos responsáveis dos serviços públicos?”, 19 respostas «Não»;
- Questão 5.4: “Os serviços estão adaptados às necessidades e preferências das pessoas mais velhas?”, 17 respostas «Não»;
- Questão 5.7: “As pessoas mais velhas com menos recursos económicos têm bom acesso os serviços públicos?”, 18 respostas «Não».

4. Ocorrência de respostas de acordo com o grupo etário

De acordo com os objetivos delineados no início da investigação, a análise dos dados recolhidos com base no grupo etário dos inquiridos incidirá em questões pré-determinadas no presente capítulo da apresentação e análise dos dados. Desta forma, e seguindo os critérios sugeridos pelo instrumento de recolha (informação, divulgação e oferta de eventos e atividades), serão escrutinadas - no capítulo da discussão de resultados - as questões 4.8, 4.9, 4.10, 4.11 e 4.12, por apresentarem maior relevância para a investigação.

Tabela 4.1: Apresentação e análise de dados recolhidos pelo grupo etário no eixo 4

Questões	Resp.	Grupos de idades			Total
		Grupo I (55-64)	Grupo II (65-74)	Grupo III (75-84)	
4.8	Sim	4	2	1	7
		36,40%	15,40%	20,00%	24,10%
	Não	6	6	1	13
		54,50%	46,20%	20,00%	44,80%
	N. sabe	1	5	3	9
		9,10%	38,50%	60,00%	31,00%
4.9	Sim	4	4	3	11
		36,40%	30,80%	60,00%	37,90%
	Não	4	4	0	8
		36,40%	30,80%	0,00%	27,60%
	N. sabe	2	5	2	9
		18,20%	38,50%	40,00%	31,00%
4.10	Sim	1	0	1	2
		9,10%	0,00%	20,00%	6,90%
	Não	7	8	2	17
		63,60%	61,50%	40,00%	58,60%
	N. sabe	3	5	2	10
		23,70%	38,50%	40,00%	34,40%
4.11	Sim	6	4	1	11
		54,50%	30,80%	20,00%	37,90%
	Não	2	4	3	9
		18,20%	30,80%	60,00%	31,00%
	N. sabe	3	5	1	9
		27,30%	38,50%	20,00%	31,00%
4.12	Sim	4	8	3	15
		36,40%	61,50%	60,00%	51,70%
	Não	5	2	0	7
		45,50%	15,40%	0,00%	24,10%
	N. sabe	2	3	2	7
		18,20%	23,10%	40,00%	24,10%

Assim sendo, cada uma delas interroga:

- Questão 4.8: “A informação dos eventos e atividades é suficiente?”
- Questão 4.9: “A divulgação informa claramente onde se vão realizar os eventos e atividades?”
- Questão 4.10: “A divulgação informa como chegar através de transportes públicos?”
- Questão 4.11: “Existe uma oferta variada de eventos e atividades?”
- Questão 4.12: “Os eventos e atividades são do seu agrado?”

Da mesma forma, a apresentação e análise das respostas do eixo 5 com base no grupo etário dos inquiridos é realizada sob determinados critérios (auscultação, adaptabilidade de produtos e serviços, relacionamento intergeracional e valorização social), particularmente relevantes para o cumprimento dos objetivos da presente investigação.

Tabela 4.2: Apresentação e análise de dados recolhidos pelo grupo etário no eixo 5

Questões	Resp.	Grupos de idades			Total
		Grupo I (55-64)	Grupo II (65-74)	Grupo III (75-84)	
5.1	Sim	2	0	1	3
		18,20%	0,00%	20,00%	10,30%
	Não	6	8	4	18
		54,50%	61,50%	80,00%	62,10%
	N. sabe	3	5	0	8
		27,30%	38,50%	0,00%	27,60%
5.4	Sim	1	0	0	1
		9,10%	0,00%	0,00%	3,40%
	Não	6	7	3	16
		54,50%	53,80%	60,00%	55,20%
	N. sabe	4	6	2	12
		36,40%	46,20%	40,00%	41,40%
5.14	Sim	2	4	1	7
		18,20%	30,80%	20,00%	24,10%
	Não	3	7	4	14
		27,30%	53,80%	80,00%	48,30%
	N. sabe	6	2	0	8
		54,50%	15,40%	0,00%	27,60%
5.16	Sim	3	3	0	6
		27,30%	23,10%	0,00%	20,70%
	Não	3	2	1	6
		27,30%	15,40%	20,00%	20,70%
	N. sabe	5	8	4	17
		45,50%	61,50%	80,00%	58,60%
5.18	Sim	8	8	3	19
		72,70%	61,50%	60,00%	65,50%
	Não	3	4	1	8
		27,30%	30,80%	20,00%	27,60%
	N. sabe	0	1	1	2
		0,00%	7,70%	20,00%	6,90%

No eixo 5, as questões elegidas para discussão são a 5.1, 5.4, 5.14, 5.16 e 5.18, correspondentes a:

- Questão 5.1: “Para melhorar os serviços prestados/atendimento as pessoas mais velhas são consultadas/ ouvidas pelos responsáveis dos serviços públicos?”
- Questão 5.4: “Os serviços estão adaptados às necessidades e preferências das pessoas mais velhas?”
- Questão 5.14: (os locais e as atividades para a comunidade) “ [...] vão ao encontro das necessidades/ preferências de todas as gerações?”
- Questão 5.16: “As escolas ensinam/ abordam temas como o envelhecimento?”
- Questão 5.18: “A comunidade dá valor às pessoas mais velhas?”

Capítulo VI – Discussão de resultados

No capítulo da discussão, após a análise e apresentação de dados, pretende-se estabelecer relações entre os vários resultados obtidos. De acordo com as circunscrições do presente estudo, somente os dados mais significativos e com maior interesse para a investigação serão debatidos com especial enfoque.

A tabela 1.1 figura os dados comparativos entre as respostas dos inquiridos do sexo masculino e do sexo feminino, no âmbito do eixo 4) Participação social. Na mesma, apenas uma pergunta manifesta diferença estatisticamente significativa, assinalada junto à questão 4.14. À interrogação “São utilizados espaços como Escolas, Centros Recreativos, Bibliotecas, entre outros, para a realização de eventos e atividades?” a grande maioria das mulheres responde que «Sim», com 93,30%, enquanto os homens ficam pelos 53,30% de respostas positivas. Realça-se que 40,00% dos homens respondem «Não sabe», ao passo que nenhuma mulher inquirida opta por esta resposta. Para o total dos inquiridos, esta questão alcança 22 respostas positivas (ver tabela 2.1). Uma das hipóteses levantadas para explicar a discrepância de resultados entre homens e mulheres poderá ter a ver com o nível de participação social mais ativo e por mais tempo das mulheres idosas. Aparentemente, a manutenção dos círculos de amizades, a participação em convívios, atividades e a presença mais ativa e próxima à vida familiar (acompanhamento dos netos, por exemplo), garantem às mulheres um maior conhecimento dos eventos e atividades realizados na comunidade, em especial os que se realizam em escolas, bibliotecas e centros recreativos, que os homens.

A tabela 1.2 retrata os dados comparativos entre inquiridos masculinos e femininos, para o eixo 5) Respeito e inclusão social. Nesta tabela surgem três diferenças estatisticamente significativas. A questão 5.5, “Os produtos estão adaptados às necessidades e preferências das pessoas mais velhas?”, reúne somente 6,70% de respostas «Sim» dos inquiridos masculinos e 13,30% dos inquiridos femininos, sintomatizando algum desagrado com o tipo de produtos dirigidos às pessoas idosas. As mulheres assinalam um elevado número de respostas «Não sabe» (66,70%) sugerindo que elas não desempenham um papel predominante no conhecimento ou na escolha de produtos. Saliente-se ainda que o termo “produto” pode originar uma ampla interpretação do conceito, pois enquanto um inquirido pode pensar um artigo de higiene como produto para outro poderá ser, por exemplo, um plano poupança reforma, tornando vã a tarefa de avaliar o grau de insatisfação com os produtos.

A questão 5.9, que pergunta se as pessoas têm acesso aos serviços privados a pagar, reúne 53,40% de respostas «Não sabe» por parte das mulheres e 60,00% de respostas «Sim» dadas por homens. Estes resultados poderão eventualmente delegar-se ao papel social atribuído ao homem e à mulher no contexto português, com evidências que as mulheres idosas são financeiramente mais dependentes de terceiros (cônjuges, descendentes e do próprio Estado) por não terem apresentado, no passado, níveis razoáveis de participação no mercado de trabalho que lhes permita, atualmente, uma situação mais estável e uma posição emancipada (CCE, 1999:8). As mulheres idosas parecem, por isso, relegar as tomadas de decisão para os cônjuges ou para os filhos.

À questão 5.10, “As pessoas mais velhas costumam aparecer/ participar nos meios de comunicação social

(ex.: televisão, jornais, rádio, etc...)?” os homens respondem mais negativamente que as mulheres, expressos em 66,70% de respostas «Não» dos inquiridos homens e em 26,70% das mulheres inquiridas. Na opinião dos inquiridos do sexo masculino, apenas 6,70% opta pela resposta «Sim» (ver tabela 1.2). Os homens inquiridos parecem considerar, mais do que as mulheres inquiridas, que as pessoas idosas não são bem retratadas pelos meios de comunicação social, que não beneficiam do «tempo de antena» que deveriam ter ou podem julgar ainda que a programação deveria ir mais de acordo com os seus gostos e preferências.

A questão 4.7, “São cobrados outros custos (ex.: bebidas, comidas, etc...)?”, destaca-se por alcançar 18 respostas «Não sabe» (ver tabela 2.1). Os dados recolhidos nesta questão parecem indicar que os inquiridos, no geral, não detêm muito conhecimento sobre o custo e funcionamento dos eventos e atividades que se promovem.

A questão 4.8, “A informação dos eventos e atividades é suficiente?”, junta 14 respostas «Não» e destaca-se como uma das perguntas que atingiu mais respostas negativas (ver tabela 3.1). Na opinião geral do grupo inquirido, a informação sobre os eventos na comunidade parece não ser suficiente.

A questão 4.10, “A divulgação informa como chegar através de transportes públicos?”, recolhe 18 respostas «Não», 10 «Não sabe» e somente 2 respostas «Sim». Esta evidencia-se pelo considerável número de respostas negativas (ver tabela 3.1), o que sugere que a divulgação sobre como chegar aos eventos, nomeadamente através de transportes públicos, é - no entender do grupo inquirido - precária.

A questão 4.12, “Os eventos e atividades são do seu agrado?”, manifesta 16 respostas «Sim», 7 respostas «Não» e 7 respostas «Não sabe». Atendendo às lacunas detetadas nas questões relacionadas com a informação e divulgação dos eventos e atividades, o número de respostas positivas à pergunta 4.12 é interessante, pois seria expectável um valor mais baixo. Não obstante, o total combinado de respostas «Não» (7) e «Não sabe» (7) dá 14, o que concorre fortemente com o número de respostas «Sim» (16) (ver tabela 2.1).

A questão 5.1, “Para melhorar os serviços prestados/ atendimento as pessoas mais velhas são consultadas/ ouvidas pelos responsáveis dos serviços públicos?”, ostenta uma das maiores ocorrências de resposta «Não» do eixo em observação, alcançando 19 respostas negativas, correspondentes a 63,00% do total de inquiridos (ver tabela 3.2). A esta questão, apenas 3 pessoas (10,00%) responderam afirmativamente (ver tabela 2.2). Tendo reunido a maior ocorrência de respostas negativas verificada na tabela 3.2, é presumível que a maior parte das pessoas inquiridas não se sintam auscultadas pelos serviços e por quem os presta, sentindo que as pessoas idosas são pouco apoiadas quando recorrem aos serviços públicos de que necessitam.

Da mesma forma, a questão 5.4, “Os serviços estão adaptados às necessidades e preferências das pessoas idosas?”, arrecada substanciais respostas negativas (17), correspondentes a 56,70% do total de inquiridos (ver tabela 3.2). A maioria dos inquiridos sente, a par da falta de auscultação por parte dos serviços prestados (questão 5.1), que os serviços não se adaptam às características das pessoas idosas.

Na 5.6, quando questionados sobre se “Os funcionários que prestam os serviços são prestáveis/ amáveis?”, 66,70% das mulheres inquiridas afirma que «Sim», contrapondo com 33,30% dos homens inquiridos. Nas questões relacionadas com a prestação dos funcionários e serviços, as mulheres tendenciam a responder de forma mais positiva que os homens (ver tabela 1.2).

A questão 5.7, “As pessoas mais velhas com menos recursos económicos têm bom acesso aos serviços públicos?”, exibe uma elevada frequência de respostas negativas, atingindo 18 respostas «Não» no total (ver tabela 3.2).

As questões relacionadas com o relacionamento intergeracional (5.13, 5.14, 5.15, 5.16 e 5.17) registam uma notável incidência de respostas «Não sabe», quando comparada às outras opções. A relação efetiva entre diferentes gerações é, portanto, bastante questionável. Pelas respostas recolhidas junto ao grupo inquirido não é claro que haja, por parte dos idosos, conhecimento efetivo e experiência do que se passa na comunidade, em particular com os outros grupos etários. O afastamento dificulta o estabelecimento de relações entre as várias gerações.

Curiosamente, e apesar das lacunas identificadas em termos de auscultação e adaptabilidade às características das pessoas idosas, a questão 5.18 “A comunidade dá valor às pessoas mais velhas?” reúne uma surpreendente e inesperada ocorrência de respostas «Sim», com 19 dos inquiridos (63,30%) a escolher essa opção.

Comparando as tabelas 3.1 e 3.2 pode inferir-se que – ao nível da participação social - os inquiridos apontam lacunas nos horários, na informação e na divulgação relacionadas com a realização de eventos e atividades, enquanto ao nível do respeito e inclusão social identificam pontos fracos na auscultação por parte dos serviços públicos às pessoas mais velhas, do acesso e adaptabilidade dos serviços públicos às características das pessoas idosas e aos que apresentam menores recursos económicos.

Como referido no capítulo anterior, a discussão de resultados a partir dos dados com base no grupo etário inquirido penderá, essencialmente, em questões cruciais para a investigação em curso, destacadas nas tabelas 4.1 e 4.2. A partir dos critérios informação, divulgação e oferta de eventos e atividades foram designadas para discussão mais detalhada as questões 4.8, 4.9, 4.10, 4.11 e 4.12. A discussão da tabela 4.2 prevê o escrutínio das questões 5.1, 5.4, 5.14, 5.16 e 5.18, segundo os critérios auscultação, adaptabilidade de produtos e serviços às pessoas idosas, relacionamento intergeracional e valorização social. O total dos inquiridos foi agrupado em três grupos diferentes, consoante a sua idade. Assim, o grupo I é constituído por inquiridos com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos, o grupo II representa os inquiridos com idades estabelecidas entre os 65 e os 74 e, finalmente, o grupo III engloba os inquiridos que se encontram na faixa etária dos 75 aos 84. Por nenhum dos inquiridos apresentar idade igual ou superior aos 85 anos, não foi necessário criar mais nenhum grupo.

Na questão 4.8, “A informação dos eventos e atividades é suficiente?”, é verificada uma forte incidência de respostas «Não», com 14 respostas negativas correspondentes a 46,70% do total de respostas (ver tabela 3.1). O grupo I (55-64) é o que mais considera que não haver informação suficiente, assinalando 54,50% de respostas «Não». A questão 4.8 alcança 44,80% no total de respostas negativas (tabela 4.1) mostrando que, na opinião do grupo alvo, a informação sobre os eventos e atividades poderá não ser suficiente. A elevada percentagem de respostas «Não sabe» (60,00%) associada ao grupo etário mais avançado - grupo III - não constitui surpresa, numa primeira observação.

A questão 4.9, “A divulgação informa claramente onde se vão realizar os eventos e atividades?”, apresenta maior ocorrência de respostas «Sim» que a anterior, com 37,90% no total de respostas positivas. É

presumível que, embora o grupo inquirido considere insuficiente a informação sobre eventos e atividades, há um ligeiro reconhecimento de que a informação que existe consegue divulgar onde os mesmos se realizam.

A questão 4.10, “A divulgação informa como chegar através de transportes públicos?”, sinaliza um distinto número de respostas «Não», atingindo a frequência 18 e 60,00% das respostas (ver tabela 3.1). O grupo I é o que responde mais negativamente a esta pergunta, com 7 respostas «Não» (63,30%). A resposta «Não» atinge 17 ocorrências, correspondentes a 58,60% do total de respostas negativas (ver tabela 4.1). A maior parte dos inquiridos opta, desta forma, pela resposta negativa, aludindo a uma fraca divulgação de como chegar aos eventos e atividades por transportes públicos.

A questão 4.11, “Existe uma oferta variada de eventos e atividades?”, apresenta índices mais elevados de respostas «Sim» com 37,90% do total de respostas positivas. Destaca-se, porém, o elevado número de ocorrências «Não» no grupo III, com 3 respostas (60,00%), sugerindo que os inquiridos mais velhos não se revêem na oferta de eventos e atividades da comunidade.

A questão 4.12 “Os eventos e atividades são do seu agrado?” apresenta maior ocorrência de respostas «Sim» com 51,70% do total de respostas positivas. O grupo III, ainda assim, ainda manifesta uma elevada percentagem de inquiridos que responde «Não sabe», com 40,00% (ver tabela 4.1). Nas questões do eixo da participação social, o grupo III apresenta – manifestamente – uma incidência regular nas respostas do tipo «Não sabe». Por apresentarem uma idade mais elevada, é possível que os inquiridos do grupo III não usufruam de iguais oportunidades de participação nos eventos e atividades na comunidade, não sabendo - na maior parte das vezes – como responder às questões elencadas. Por sua vez, o grupo I (55-64) apresenta mais respostas negativas nas questões relacionadas com a informação e a divulgação do que propriamente com a oferta, em si, de eventos e atividades.

A questão 5.1, “Para melhorar os serviços prestados/atendimento as pessoas mais velhas são consultadas/ouvidas pelos responsáveis dos serviços públicos?”, reuniu a mais elevada ocorrência de respostas «Não» de todas as questões de ambos os eixos abordados. A questão atinge 19 respostas que correspondem a 63,00% do total dos inquiridos (ver tabela 4.2), sendo que apenas 10,00% dos inquiridos optou por responder «Sim» (ver tabela 2.2). O grupo que menos sente que as pessoas mais velhas são auscultadas é precisamente o grupo III, com 4 respostas «Não», correspondentes a 80,00% (ver 4.2).

Na questão 5.4, “Os serviços estão adaptados às necessidades e preferências das pessoas mais velhas?”, é observável a incidência de respostas negativas no total dos inquiridos sem distinção de idades, com 17 ocorrências (ver tabela 3.2). Apenas um inquirido, pertencente ao grupo I, considera que os serviços estão adaptados às pessoas idosas (ver tabela 4.2). Pressupõe-se, desta forma, que haja muitos aspetos a melhorar em termos de adaptabilidade por parte dos serviços e dos procedimentos, às características das pessoas mais velhas.

Sobre a questão 5.14, (os locais e atividades para a comunidade) “ [...] vão ao encontro das necessidades/preferências de todas as gerações?”, metade dos inquiridos (50%) considera que os locais e atividades não vão ao encontro de todas as gerações (ver tabela 3.2) e 80,00% de inquiridos do grupo III adianta que os locais e atividades para a comunidade não vão ao encontro das suas preferências (ver tabela 4.2).

Na questão 5.16 “As escolas ensinam/ abordam temas como o envelhecimento?”, verifica-se uma particular incidência na resposta «Não sabe» (58,60%) (ver tabela 4.2). O grupo II e o grupo III apresentam, respetivamente, 8 respostas «Não sabe» (61,50%) e 4 respostas «Não sabe» (80,00%). É possível confirmar 17 respostas «Não sabe», correspondentes a 56,70% do total de inquiridos (ver tabela 2.2).

A questão 5.18, por fim, “A comunidade dá valor às pessoas mais velhas?” é expressiva de um elevado número de respostas «Sim», contrariando todas as expectativas iniciais. A discussão de resultados deste eixo sugere que a maior parte dos inquiridos não acha que as pessoas mais velhas são auscultadas ou tidas em conta pelos serviços públicos a que recorrem, demonstra que o grupo estudado considera que os produtos e os serviços não estão adaptados às características específicas das pessoas idosas e contesta uma suposta ausência de relacionamento intergeracional. Porém, a maior parte dos inquiridos do grupo alvo considera que a comunidade dá, efetivamente, valor, às pessoas mais velhas. O grupo I expressa 8 respostas (72,70%), o grupo II 8 (61,50%) e o grupo III 3 (60,00%). A questão 5.18 obtém, ao todo, 19 ocorrências na resposta «Sim» (ver tabelas 2.2 e 4.2), contrariando o que seria expectável.

Conclusões

Após a análise dos dados recolhidos junto ao grupo inquirido, posterior discussão de resultados e de acordo com os objetivos detalhados no capítulo da Metodologia, a investigação permitiu inferir:

- ✓ Os horários em que se realizam os eventos e atividades promovidos pela comunidade são um obstáculo colocado à participação ativa das pessoas idosas, em contexto social. De acordo com as listas de verificação da OMS, as cidades amigas das pessoas idosas devem oferecer eventos que se realizem em horário conveniente para as pessoas mais velhas (Associação VIDA, 2012:45). Os eventos não devem, por isso, ser promovidos em horários tardios ou pouco compatíveis com o estilo de vida, necessidades e rotinas das pessoas mais velhas, tendo sempre em conta as características únicas das pessoas idosas. Estes devem ser organizados de modo a propiciar o encontro de vários grupos etários no mesmo contexto, procurando reforçar o contato e a ligação - aparentemente ténue - entre gerações.
- ✓ Parte considerável da população pode estar a sofrer uma forma de exclusão social se, em primeiro lugar, não tiver acesso à informação da oferta de eventos e atividades da comunidade. A informação dos eventos e atividades deve ser capaz de chegar com sucesso às pessoas idosas. Muitas pessoas não acedem com facilidade à informação disponibilizada *online*, nem a comunicação que é feita (concebida para o público em geral) lhes é significativa. Para a maior parte das pessoas mais velhas é difícil decodificar folhetos informativos com letra impressa compactada ou com excessiva informação. A informação tem de ser pensada de forma a ser eficiente e funcional, porém, para todos.
- ✓ A divulgação de formas alternativas de chegar aos locais dos eventos e atividades, em particular de transportes públicos, foi considerada insuficiente. A rede de transportes públicos na cidade de Leiria circunscreve-se, quer no centro quer na maioria das freguesias periféricas, ao sistema rodoviário. Os autocarros realizam carreiras urbanas de 40 em 40 minutos e de hora em hora, em alguns casos, sendo que a última viagem ocorre entre as 19 e as 20 horas. As carreiras urbanas operam aos sábados até às 13 horas, não se efetuando aos domingos nem dias feriados. O passe urbano mensal tem o custo de 15,55€, enquanto o passe urbano mensal 3.^a Idade tem o custo de 11,65€³. Numa idade em que as pessoas têm cada vez menos autonomia para se deslocarem, é urgente repensar uma rede de transportes não só com menores custos mas também mais frequente, que funcione como incentivo e apoio à independência da pessoa idosa.
- ✓ As escassas auscultações realizadas junto das pessoas mais velhas são uma lacuna identificada junto do grupo inquirido. Segundo as listas de verificação da OMS, as pessoas devem ser consultadas e ouvidas, para que haja melhorias no funcionamento dos sistemas (Associação VIDA, 2012:59). A

³ Rodoviária do Tejo: Urbanas. (2014:3), Consultado em 15-01-2014, disponível em http://www.rodotejo.pt/media/urbanas/Mobilis_LEIRIA.pdf

partir das respostas negativas recolhidas nesta área (eixo 5), deduz-se que o grupo julga que os idosos não são escutados, ouvidos ou considerados com a devida atenção, sugerindo uma falta de apoio às suas dificuldades no acesso aos serviços. Uma importante forma de valorização social e pessoal passa pela possibilidade dos cidadãos, enquanto indivíduos, terem voz ativa na sociedade – apontando que há ainda um longo caminho a percorrer neste aspeto.

- ✓ A adaptação de produtos e serviços à pessoa idosa não é satisfatória afetando, contingentemente, a autonomia e independência da população idosa. Os serviços públicos devem garantir resoluções e prestações que respeitem a diversidade de preferências e necessidades, inerentes ao próprio grupo etário. Os dados recolhidos sugerem que não há o ajustamento necessário, por parte dos serviços e produtos, às características das pessoas mais velhas.
- ✓ O acesso aos serviços oferece algumas barreiras ao idoso. Esta conclusão deve-se a dois aspetos cruciais: por um lado, o acesso aos serviços (especialmente aos privados) é dificultado pelos baixos recursos económicos auferidos pela maioria da população idosa dificulta; por outro, o desfasamento tecnológico e a necessária atualização de conhecimentos, raramente proporcionada aos idosos. Em Portugal, a população idosa apresenta níveis de instrução e formação bastante baixos, na maioria dos casos, sendo que as mulheres apresentam níveis ainda mais precários que os homens (INE, 2002:10). A fragilidade da instrução deste grupo etário, associado à carência de apoio no acesso aos serviços, cria sérias dificuldades à resolução de problemas não só aos mais velhos, mas também a qualquer indivíduo com menor grau de literacia tecnológica e informática e menos recursos económicos.
- ✓ As pessoas mais velhas desconhecem, em grande parte, as atividades da comunidade educativa. As listas de verificação da OMS, no eixo do respeito e inclusão social, preveem que as escolas proporcionem oportunidades de aprendizagem na temática do envelhecimento favorecendo o envolvimento das pessoas mais velhas nas atividades escolares, devendo estas ser incluídas em reuniões, encontros ou atividades que envolvam a restante comunidade e as diferentes gerações (Associação VIDA, 2012:59). A tendencial escolha de respostas «Não sabe», por parte do grupo inquirido, no âmbito das questões relativas à intergeracionalidade, acusa uma determinada falta de conhecimento do que se faz e do que se vive não só nas escolas, como nos demais contextos comunitários.

A partir dos dados recolhidos, investigação não foi capaz de comprovar a existência de uma relação proximal entre gerações. O envolvimento em atividades escolares e em atividades comunitárias para as famílias ou o entendimento dos temas desenvolvidos junto das crianças e dos jovens são questões que configuram, pelas respostas recolhidas junto ao grupo, um aspeto pouco claro e discernido. A investigação não conseguiu determinar também se as questões e desafios colocados pelo envelhecimento demográfico afetam especialmente os cidadãos mais velhos e a sua qualidade de vida.

Cada um dos eixos previstos pelas listas de verificação da OMS, clarificadas pelo Guia Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas, merecia – numa circunstância diferente de um relatório de dissertação – um

olhar mais atento aos conceitos envolvidos nas questões. Transformar, de forma funcional, o inquérito por questionário em entrevistas semiestruturadas, beneficiaria a investigação não só numa recolha enriquecedora de testemunhos e opiniões, mas também no debate esclarecedor de conceitos. De que forma é que os inquiridos interpretam o conceito “produtos”? Qual é, para eles, a oferta de eventos mais apreciada? Que dificuldades nomeiam, segundo a sua própria experiência, no acesso aos serviços? Para além das críticas e desvantagens que expuseram, que sugestões construtivas apontam?

À questão de partida, **“De que modo as pessoas do grupo etário 55+ estudado, residente em Leiria, avalia as possibilidades e oportunidades de participação e inclusão na comunidade/ sociedade?”**, resta a evidência de persistirem muitas barreiras e constrangimentos. O grupo inquirido identificou numerosos obstáculos que se colocam à pessoa idosa, asseverados pelos resultados menos favoráveis nos critérios da informação, divulgação e oferta de eventos, auscultação e relacionamento intergeracional. As lacunas presentes nestes critérios revelam que as possibilidades e oportunidades de participação e inclusão social, numa forte envolvência intergeracional, são realidades ainda muito débeis e inconsistentes.

Contudo, face aos constrangimentos identificados, o admirável ponto que a investigação alcança reside na verificação das respostas significativamente positivas em relação à importância e valor pessoal e social do idoso, na comunidade.

A comunidade deve ser capaz de reconhecer, admitir e legitimar o contributo das pessoas mais velhas para a sociedade, sendo que os projetos desenvolvidos no âmbito do desenvolvimento comunitário devem contribuir terminantemente nesse sentido. Ir ao encontro das necessidades sentidas pelos elementos do grupo-alvo, incluí-los nos processos de tomada de decisão e conduzi-los à participação ativa e crítica na melhoria das suas condições de vida atuais, continuará a ser o propósito fundamental desta área. Ao melhorar as condições de vida de um grupo social ou, como esta investigação aborda, etário, favorece-se não só a população idosa, em exclusivo, como beneficia toda a comunidade envolvente.

Bibliografia

Amaro, Rogério Roque. (2004). Desenvolvimento: Um conceito ultrapassado ou em Renovação? – Da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos de Estudos Africanos*, 4, Janeiro/ Julho. Lisboa: I.S.C.T.E.

Câmara Municipal de Leiria. (2010). *Carta das Cidades Educadoras - Proposta definitiva, Novembro de 2004*. Consultado em 11-10-2012, disponível em <http://www.cm-leiria.pt/Download.aspx?id=33258>

Câmara Municipal de Leiria. (2010). *Leiria – Município Educador*. Consultado em 16-10-2012, disponível em http://www.cm-leiria.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=30684

Campos, António Correia de. (2000). *Solidariedade Sustentada*. Lisboa, Gradiva.

Carmo, Hermano. (2007). *Desenvolvimento Comunitário – 2.ª edição*. Lisboa: Universidade Aberta.

Centro de Estudos dos Povos e Cultura de Expressão Portuguesa. (2012). *O Envelhecimento da População: Dependência, Ativação e Qualidade – Relatório Final*. Consultado em 12-11-2012, disponível em http://www.qren.pt/np4/np4/?newsId=1334&fileName=envelhecimento_populacao.pdf

Comissão Europeia. (2010). *Europa 2020 - Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo*. Consultado em 06-09-2012, disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2010:2020:FIN:pt:PDF>

Comissão das Comunidades Europeias. (1999). *Uma Europa para todas as idades - Promover a prosperidade e a solidariedade entre as gerações*. Consultado em 31-05-2012, disponível em http://ec.europa.eu/employment_social/social_situation/docs/com221_pt.pdf

Committee of the Regions. (2011). *How to promote active ageing in Europe - EU support to local and regional actors*. Consultado em 04-09-2012, disponível em <http://ec.europa.eu/social/BlobServlet?docId=7005&langId=en>

Committee of the Regions. (2012). *Delivering on the Europe 2020 Strategy Handbook for Local and Regional Authorities*. Consultado em 06-09-2012, disponível em <http://portal.cor.europa.eu/europe2020>

Comunidades Europeias. (2009). *O seu guia do Tratado de Lisboa*. Consultado em 05-09-2012, disponível em <https://infoeuropa.euroid.pt/files/database/000042001-000043000/000042553.pdf>

European Commission. (2012). *Special Eurobarometer 378 – Active Ageing - Report*. Consultado em 14-05-2012, disponível em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_378_en.pdf

European Commission. (2012). *Special Eurobarometer 379 – Future of Europe – Report*. Consultado em 14-05-2012, disponível em http://ec.europa.eu/public_opinion/index_en.htm

European Union. (2011). *Active ageing and solidarity between generations - A statistical portrait of the European Union 2012*. Consultado em 14-05-2012, disponível em http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-EP-11-001/EN/KS-EP-11-001-EN.PDF

European Union. (2012). *The EU Contribution to Active Ageing and Solidarity between Generations*. Consultado em 04-09-2012, disponível em <http://ec.europa.eu/social/BlobServlet?docId=8710&langId=en>

Fontaine, Roger. (2000). *Psicologia do Envelhecimento*. Lisboa: Climepsi Editores.

Fragoso, António. (2005). Desenvolvimento participativo: uma sugestão de reformulação conceptual. *Revista Portuguesa de Educação*, 18 (1), 23-51. Consultado em 12-10-2012, disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=37418103>

Fundação Calouste Gulbenkian. (2009). *O Tempo da Vida – Fórum Gulbenkian de Saúde Sobre o Envelhecimento 2008/2009*. Cascais: Príncipeia.

Giddens, Anthony. (1991). *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP.

INE, I.P., Lisboa • Portugal. (2011). *Censos 2011 – Resultados Provisórios*. Consultado em 27-11-2012, disponível em

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=129675729&DESTAQUESmodo=2

Lima, Margarida Pedroso. (2004). *Posso participar? Actividades de desenvolvimento pessoal para idosos*. Porto: Ambar.

MENDES, Maura et al.. (2009). *Diferenças, desigualdades, exclusões e inclusões*. Porto: Afrontamento.

MORIN, Edgar. (2002). *Os Sete Saberes para a Educação do Futuro*. Lisboa: Instituto Piaget.

NETO, Félix. (2002). *Psicologia Intercultural*. Lisboa: Universidade Aberta

NETO, Félix. (2004). *Psicologia Social Aplicada*. Lisboa: Universidade Aberta

Organização Mundial da Saúde. (2007). *Guia Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas*. Consultado em 27-11-2012, disponível em http://60mais.ipleiria.pt/files/2011/12/ProjIdosos_GuiaCidades20093.pdf

Papalia, Diane et al.. (2006). *Desenvolvimento humano*. Porto Alegre: ARTMED Editora, S.A.. Consultado em 04-10-2012, disponível em <https://docs.google.com/file/d/0B6AdT8KuBrofbFY0SDFwbTRMTUU/edit?pli=1>

Pinto, Teresa Almeida et al., (2009). *Guia de Ideias para Planear e implementar Projectos Intergeracionais – Juntos: ontem, hoje e amanhã*. Associação Valorização Intergeracional e Desenvolvimento Activo. Consultado a 23-05-2012, disponível em http://www.matesproject.eu/GUIDE_21_versions/Portugese.pdf

Pinto, Teresa Almeida & Lopes, Alexandra. (2012). *CIDADES Amigas das Pessoas Idosas? Implicações e Recomendações de um Estudo Nacional: o que dizem os munícipes, o que pensam os especialistas e o que se vivencia nos espaços*. Associação VIDA – Valorização Intergeracional e Desenvolvimento Ativo. Consultado em 27-11-2012, disponível em <http://cidades.projectotio.net/>

Programa de Ação do AEEASG'2012 | Portugal. (2012). *Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações*. Consultado em 27-11-2012, disponível em <http://www.igfse.pt/upload/docs/2012/Programa%20A%C3%A7aoAnoEuropeu2012.pdf>

Quivy, Raymond & Campenhoudt, Luc Van. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva Publicações, Lda.. Consultado em 27-11-2013, disponível em <http://www.fep.up.pt/docentes/joao/material/manualinvestig.pdf>

Rodoviária do Tejo: Urbanas. (2014). Consultado em 15-01-2014, disponível em http://www.rodotejo.pt/media/urbanas/Mobilis_LEIRIA.pdf

World Health Organization. (2002). *Active Ageing - A Policy Framework*. Consultado em 06-09-2012, disponível em http://www.who.int/ageing/publications/active_ageing/en/

Anexos

Anexo 1 – Carta das Cidades Educadoras

CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS

Proposta Definitiva, Novembro de 2004

1

CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS

As cidades representadas no 1º Congresso Internacional das Cidades Educadoras, que teve lugar em Barcelona em Novembro de 1990, reuniram na Carta inicial, os princípios essenciais ao impulso educador da cidade. Elas partiam do princípio que o desenvolvimento dos seus habitantes não podia ser deixado ao acaso. Esta Carta foi revista no III Congresso Internacional (Bolonha, 1994) e no de Génova (2004), a fim de adaptar as suas abordagens aos novos desafios e necessidades sociais.

A presente Carta baseia-se na Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), no Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (1966), na Declaração Mundial da Educação para Todos (1990), na Convenção nascida da Cimeira Mundial para a Infância (1990) e na Declaração Universal sobre Diversidade Cultural (2001).

PREÂMBULO

Hoje mais do que nunca as cidades, grandes ou pequenas, dispõem de inúmeras possibilidades educadoras, mas podem ser igualmente sujeitas a forças e inércias deseducadoras. De uma maneira ou de outra, a cidade oferece importantes elementos para uma formação integral: é um sistema complexo e ao mesmo tempo um agente educativo permanente, plural e poliédrico, capaz de contrariar os factores deseducativos.

A cidade educadora tem personalidade própria, integrada no país onde se situa, é, por consequência, interdependente da do território do qual faz parte. É igualmente uma cidade que se relaciona com o seu meio envolvente, outros centros urbanos do seu território e cidades de outros países. O seu objectivo permanente será o de aprender, trocar, partilhar e, por consequência, enriquecer a vida dos seus habitantes.

A cidade educadora deve exercer e desenvolver esta função paralelamente às suas funções tradicionais (económica, social, política de prestação de serviços), tendo em vista a formação, promoção e o desenvolvimento de todos os seus habitantes. Deve ocupar-se prioritariamente com as crianças e jovens, mas com a vontade decidida de incorporar pessoas de todas as idades, numa formação ao longo da vida.

As razões que justificam esta função são de ordem social, económica e política, sobretudo orientadas por um projecto cultural e formativo eficaz e coexistencial. Estes

são os grandes desafios do século XXI: Primeiro “investir” na educação de cada pessoa, de maneira a que esta seja cada vez mais capaz de exprimir, afirmar e desenvolver o seu potencial humano, assim como a sua singularidade, a sua criatividade e a sua responsabilidade. Segundo, promover as condições de plena igualdade para que todos possam sentir-se respeitados e serem respeitadores, capazes de diálogo. Terceiro, conjugar todos os factores possíveis para que se possa construir, cidade a cidade, uma verdadeira sociedade do conhecimento sem exclusões, para a qual é preciso providenciar, entre outros, o acesso fácil de toda a população às tecnologias da informação e das comunicações que permitam o seu desenvolvimento.

As cidades educadoras, com suas instituições educativas formais, suas intervenções não formais (de uma intencionalidade educadora para além da educação formal) e

2

informais (não intencionais ou planificadas), deverão colaborar, bilateral ou multilateralmente, tornando realidade a troca de experiências. Com espírito de cooperação, apoiarão mutuamente os projectos de estudo e investimento, seja sob a forma de colaboração directa ou em colaboração com organismos internacionais. Actualmente, a humanidade, não vive somente uma etapa de mudanças, mas uma verdadeira mudança de etapa. As pessoas devem formar-se para uma adaptação crítica e uma participação activa face aos desafios e possibilidades que se abrem graças à globalização dos processos económicos e sociais, a fim de poderem intervir, a partir do mundo local, na complexidade mundial, mantendo a sua autonomia face a uma informação transbordante e controlada por certos centros de poder económico e político.

Por outro lado, as crianças e os jovens não são mais protagonistas passivos da vida social e, por consequência, da cidade. A Convenção das Nações Unidas de 20 de Novembro de 1989, que desenvolve e considera constringedores os princípios da Declaração Universal de 1959, tornou-os cidadãos e cidadãs de pleno direito ao outorgar-lhes direitos civis e políticos. Podem associar-se e participar em função do seu grau de maturidade.

A protecção das crianças e jovens na cidade não consiste somente no privilegiar a sua condição, é preciso cada vez mais encontrar o lugar que na realidade lhes cabe, ao lado dos adultos que possuem como cidadã a satisfação que deve presidir à coexistência entre gerações. No início do século XXI, as crianças e os adultos parecem necessitar de uma educação ao longo da vida, de uma formação sempre renovada.

A cidadania global vai-se configurando sem que exista ainda um espaço global democrático, sem que numerosos países tenham atingido uma democracia eficaz

respeitadora dos seus verdadeiros padrões sociais e culturais e sem que as democracias de longa tradição possam sentir-se satisfeitas com a qualidade dos seus sistemas. Neste contexto, as cidades de todos os países, devem agir desde a sua dimensão local, enquanto plataformas de experimentação e consolidação duma plena cidadania democrática e promover uma coexistência pacífica graças à formação em valores éticos e cívicos, o respeito pela pluralidade dos diferentes modelos possíveis de governo, estimulando mecanismos representativos e participativos de qualidade. A diversidade é inerente às cidades actuais e prevê-se que aumentará ainda mais no futuro. Por esta razão, um dos desafios da cidade educadora é o de promover o equilíbrio e a harmonia entre identidade e diversidade, salvaguardando os contributos das comunidades que a integram e o direito de todos aqueles que a habitam, sentindo-se reconhecidos a partir da sua identidade cultural.

Vivemos num mundo de incerteza que privilegia a procura da segurança, que se exprime muitas vezes como a negação e uma desconfiança mútua. A cidade educadora, consciente deste facto, não procura soluções unilaterais simples, aceita a contradição e propõe processos de conhecimento, diálogo e participação como o caminho adequado à coexistência na e com a incerteza.

Confirma-se o direito a uma cidade educadora, que deve ser considerado como uma extensão efectiva do direito fundamental à educação. Deve produzir-se, então uma verdadeira fusão da etapa educativa formal com a vida adulta, dos recursos e do potencial formativo da cidade com o normal desenvolvimento do sistema educativo, laboral e social.

3

O direito a uma cidade educadora deve ser uma garantia relevante dos princípios de igualdade entre todas as pessoas, de justiça social e de equilíbrio territorial. Esta acentua a responsabilidade dos governos locais no sentido do desenvolvimento de todas as potencialidades educativas que a cidade contém, incorporando no seu projecto político os princípios da cidade educadora.

PRINCÍPIOS

I – O DIREITO A UMA CIDADE EDUCADORA

-1-

Todos os habitantes de uma cidade terão o direito de desfrutar, em condições de liberdade e igualdade, os meios e oportunidades de formação, entretenimento e desenvolvimento pessoal que ela lhes oferece. O direito a uma cidade educadora é proposto como uma extensão do direito fundamental de todos os indivíduos à educação. A cidade educadora renova permanentemente o seu compromisso em formar nos aspectos, os mais diversos, os seus habitantes ao longo da vida. E para que isto seja possível, deverá ter em conta todos os grupos, com suas necessidades

particulares.

Para o planeamento e governo da cidade, tomar-se-ão as medidas necessárias tendo por objectivo o suprimir os obstáculos de todos os tipos incluindo as barreiras físicas que impedem o exercício do direito à igualdade. Serão responsáveis tanto a administração municipal, como outras administrações que têm uma influência na cidade, e os seus habitantes deverão igualmente comprometerem-se neste empreendimento, não só ao nível pessoal como através de diferentes associações a que pertençam.

- 2-

A cidade deverá promover a educação na diversidade para a compreensão, a cooperação solidária internacional e a paz no mundo. Uma educação que deverá combater toda a forma de discriminação. Deverá favorecer a liberdade de expressão, a diversidade cultural e o diálogo em condições de igualdade. Deverá acolher tanto as iniciativas inovadoras como as da cultura popular, independentemente da sua origem. Deverá contribuir para a correcção das desigualdades que surjam então da promoção cultural, devido a critérios exclusivamente mercantis.

- 3-

A cidade educadora deverá encorajar o diálogo entre gerações, não somente enquanto fórmula de coexistência pacífica, mas como procura de projectos comuns e partilhados entre grupos de pessoas de idades diferentes. Estes projectos, deverão ser orientados para a realização de iniciativas e acções cívicas, cujo valor consistirá precisamente no carácter intergeracional e na exploração das respectivas capacidades e valores próprios de cada idade.

4

- 4-

As políticas municipais de carácter educativo devem ser sempre entendidas no seu contexto mais amplo inspirado nos princípios de justiça social, de civismo democrático, a qualidade de vida e da promoção dos seus habitantes.

- 5-

Os municípios deverão exercer com eficácia as competências que lhes cabem em matéria de educação. Qualquer que seja o alcance destas competências, elas deverão prever uma política educativa ampla, com carácter transversal e inovador, compreendendo todas as modalidades de educação formal, não formal e informal, assim como as diferentes manifestações culturais, fontes de informação e vias de descoberta da realidade que se produzam na cidade.

O papel da administração municipal é o de definir as políticas locais que se revelarão possíveis e o de avaliar a sua eficácia, assim como de obter as normas legislativas oportunas de outras administrações, centrais ou regionais.

- 6-

Com o fim de levar a cabo uma actuação adequada, os responsáveis pela política municipal duma cidade deverão possuir uma informação precisa sobre a situação e as necessidades dos seus habitantes. Com este objectivo, deverão realizar estudos que manterão actualizados e tornarão públicos, e prever canais abertos (meios de comunicação) permanentes com os indivíduos e os grupos que permitirão a formulação de projectos concretos e de política geral.

Da mesma maneira, o município face a processos de tomada de decisões em cada um dos seus domínios de responsabilidade, deverá ter em conta o seu impacto educador e formativo.

2 – O COMPROMISSO DA CIDADE

- 7-

A cidade deve saber encontrar, preservar e apresentar sua identidade pessoal e complexa. Esta a tornará única e será a base dum diálogo fecundo com ela mesma e com outras cidades. A valorização dos seus costumes e suas origens deve ser compatível com os modos de vida internacionais. Poderá assim oferecer uma imagem atraente sem desvirtuar o seu enquadramento natural e social.

À partida, deverá promover o conhecimento, a aprendizagem e a utilização das línguas presentes na cidade enquanto elemento integrador e factor de coesão entre as pessoas.

- 8-

A transformação e o crescimento duma cidade devem ser presididos por uma harmonia entre as novas necessidades e a perpetuação de construções e símbolos que constituam referências claras ao seu passado e à sua existência. O planeamento urbano deverá ter em conta as fortes repercussões do ambiente urbano no desenvolvimento de todos os indivíduos, na integração das suas aspirações pessoais e sociais e deverá agir contra toda a segregação das gerações e pessoas de diferentes culturas, que têm muito a aprender umas com as outras.

5

O ordenamento do espaço físico urbano deverá estar atento às necessidades de acessibilidade, encontro, relação, jogo e lazer e duma maior aproximação à natureza.

A cidade educadora deverá conceder um cuidado especial às necessidades das pessoas com dependência no planeamento urbanístico de equipamentos e serviços, a fim de lhes garantir um enquadramento amável e respeitador das limitações que podem apresentar sem que tenham que renunciar à maior autonomia possível.

- 9-

A cidade educadora deverá fomentar a participação cidadã com uma perspectiva crítica e co-responsável. Para este efeito, o governo local deverá oferecer a

informação necessária e promover, na transversalidade, as orientações e as actividades de formação em valores éticos e cívicos.

Deverá estimular, ao mesmo, a participação cidadã no projecto colectivo a partir das instituições e organizações civis e sociais, tendo em conta as iniciativas privadas e outros modos de participação espontânea.

- 10-

O governo municipal deverá dotar a cidade de espaços, equipamentos e serviços públicos adequados ao desenvolvimento pessoal, social, moral e cultural de todos os seus habitantes, prestando uma atenção especial à infância e à juventude.

- 11-

A cidade deverá garantir a qualidade de vida de todos os seus habitantes. Significa isto, um equilíbrio com o ambiente natural, o direito a um ambiente sadio, além do direito ao alojamento, ao trabalho, aos lazeres e aos transportes públicos, entre outros. Deverá promover activamente a educação para a saúde e a participação de todos os seus habitantes nas boas práticas de desenvolvimento sustentável.

- 12-

O projecto educador explícito e implícito na estrutura e no governo da cidade, os valores que esta encoraja, a qualidade de vida que oferece, as manifestações que organiza, as campanhas e os projectos de todos os tipos que prepara, deverão ser objecto de reflexão e de participação, graças à utilização dos instrumentos necessários que permitam ajudar os indivíduos a crescer pessoal e colectivamente.

3 – AO SERVIÇO INTEGRAL DAS PESSOAS

- 13-

O município deverá avaliar o impacto das ofertas culturais, recreativas, informativas, publicitárias ou de outro tipo e as realidades que as crianças e jovens recebem sem qualquer intermediário. Neste caso, deverá empreender, sem dirigismos acções com uma explicação ou uma interpretação razoáveis. Vigiará a que se estabeleça um equilíbrio entre a necessidade de protecção e a autonomia necessária à descoberta. Oferecerá, igualmente espaços de formação e de debate, incluindo os intercâmbios entre cidades, para que todos os seus habitantes possam assumir plenamente as inovações que aquelas geram.

6

- 14-

A cidade deverá procurar que todas as famílias recebam uma formação que lhes permitirá ajudar os seus filhos a crescer e a apreender a cidade, num espírito de respeito mútuo. Neste mesmo sentido, deverá promover projectos de formação destinados aos educadores em geral e aos indivíduos (particulares ou pessoal pertencente aos serviços públicos) que intervêm na cidade, sem estarem conscientes

das funções educadoras. Atenderá igualmente para que os corpos de segurança e protecção civil que dependem directamente do município, ajam em conformidade com estes projectos.

- 15-

A cidade deverá oferecer aos seus habitantes a possibilidade de ocuparem um lugar na sociedade, dar-lhes-á os conselhos necessários à sua orientação pessoal e profissional e tornará possível a sua participação em actividades sociais. No domínio específico das relações escola-trabalho, é preciso assinalar a relação estreita que se deverá estabelecer entre o planeamento educativo e as necessidades do mercado de trabalho.

Para este efeito, as cidades deverão definir estratégias de formação que tenham em conta a procura social e colaborar com as organizações sindicais e empresas na criação de postos de trabalho e de actividades formativas de carácter formal e não formal, sempre ao longo da vida.

- 16-

As cidades deverão estar conscientes dos mecanismos de exclusão e marginalização que as afectam e as modalidades que eles apresentam assim como desenvolver as políticas de acção afirmativa necessárias. Deverão, em particular, ocupar-se dos recém-chegados, imigrantes ou refugiados, que têm o direito de sentir com toda a liberdade, que a cidade lhes pertence. Deverão consagrar todos os seus esforços no encorajar a coesão social entre os bairros e os seus habitantes, de todas as condições.

- 17-

As intervenções destinadas a resolver desigualdades podem adquirir formas múltiplas, mas deverão partir duma visão global da pessoa, dum parâmetro configurado pelos interesses de cada uma destas e pelo conjunto de direitos que a todos assistem. Toda a intervenção significativa deve garantir a coordenação entre as administrações envolvidas e seus serviços. É preciso, igualmente, encorajar a colaboração das administrações com a sociedade civil livre e democraticamente organizada em instituições do chamado sector terciário, organizações não governamentais e associações análogas.

- 18-

A cidade deverá estimular o associativismo enquanto modo de participação e corresponsabilidade cívica com o objectivo de analisar as intervenções para o serviço da comunidade e de obter e difundir a informação, os materiais e as ideias, permitindo o desenvolvimento social, moral e cultural das pessoas. Por seu lado, deverá contribuir na formação para a participação nos processos de tomada de decisões, de planeamento e gestão que exige a vida associativa.

O município deverá garantir uma informação suficiente e compreensível e encorajar os seus habitantes a informarem-se. Atenta ao valor que significa seleccionar, compreender e tratar a grande quantidade de informação actualmente disponível, a cidade educadora deverá oferecer os recursos que estarão ao alcance de todos. O município deverá identificar os grupos que necessitam de uma ajuda personalizada e colocar à sua disposição pontos de informação, orientação e acompanhamento especializados.

Ao mesmo tempo, deverá prever programas formativos nas tecnologias de informação e comunicações dirigidos a todas as idades e grupos sociais a fim de combater as novas formas de exclusão.

A cidade educadora deverá oferecer a todos os seus habitantes, enquanto objectivo cada vez mais necessário à comunidade, uma formação sobre os valores e as práticas da cidadania democrática: o respeito, a tolerância, a participação, a responsabilidade e o interesse pela coisa pública, seus programas, seus bens e serviços.

Esta Carta exprime o compromisso assumido pelas cidades que a subscrevem com todos os valores e princípios que nela se manifestam. Define-se como aberta à sua própria reforma e deverá ser adequada aos aspectos que a rápida evolução social exigirá no futuro.

Anexo 2 – Inquérito por questionário

Lista – Cidades Amigas das Pessoas Idosas

Segundo os critérios da Organização Mundial de Saúde, este questionário está dividido em 8 áreas. 1) Prédios públicos e espaços abertos; 2) Transportes; 3) Habitação; **4) Participação social; 5) Respeito e inclusão social;** 6) Participação cívica e emprego; 7) Comunicação e informação; 8) Apoio comunitário e serviços.

Responda atendendo à cidade/ vila/ aldeia onde vive. A recolha de respostas é anónima.

1. CARACTERIZAÇÃO INDIVIDUAL / SÓCIO-DEMOGRÁFICA

1.1. Data de Nascimento _____ 1.2. Género: Masculino Feminino

1.3. Distrito _____ 1.4. Concelho _____

1.5. Freguesia _____

1.6. Estado Civil:

Casado (a)/ União de facto Divorciado(a) / Separado(a)

Solteiro(a) Viúvo(a)

1.7. Situação perante o trabalho:

Empregado(a) Desempregado(a) Trabalhador por conta própria

Voluntário(a) Reformado(a)

Outro (especifique) _____

1.8. Habilitações escolares completas:

Inferior à escolaridade básica

Básico (7.º ao 9.º)

Secundário (10.º ao 12.º)

Superior não universitário (Bacharelato, Curso Médio)

Licenciatura

Mestrado

Doutoramento

4. PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Por favor expresse a sua opinião/ avaliação para cada uma das perguntas que se seguem assinalando com um **X** a resposta SIM ou NÃO. Caso não tenha opinião sobre o aspecto em questão, assinale a opção NÃO SABE.

4.1. Os locais onde se realizam os eventos e actividades estão bem localizados?

Sim ___ Não ___ Não sabe ___

4.2. E são de fácil acesso por transportes públicos?

Sim ___ Não ___ Não sabe ___

4.3. E estão bem iluminados?

Sim ___ Não ___ Não sabe ___

4.4. E realizam-se a horas convenientes para pessoas mais velhas?

Sim ___ Não ___ Não sabe ___

4.5. Os eventos e actividades podem ser frequentados por pessoas sozinhas ou acompanhadas (ex.: família/ amigos)?

Sim ___ Não ___ Não sabe ___

4.6. Os eventos e actividades têm um preço acessível/ adequado?

Sim ___ Não ___ Não sabe ___

4.7. São cobrados outros custos (ex.: bebidas, comidas, etc...)?

Sim ___ Não ___ Não sabe ___

4.8. A informação dos eventos e actividades é suficiente?

Sim ___ Não ___ Não sabe ___

4.9. A divulgação informa claramente onde se vão realizar os eventos e actividades?

Sim ___ Não ___ Não sabe ___

4.10. A divulgação informa como chegar através de transportes públicos?

Sim ___ Não ___ Não sabe ___

4.11. Existe uma oferta variada de eventos e actividades?

Sim ___ Não ___ Não sabe ___

4.12. Os eventos e actividades são do seu agrado?

Sim ___ Não ___ Não sabe ___

4.13. As pessoas com mais dificuldades de mobilidade podem participar?

Sim ___ Não ___ Não sabe ___

4.14. São utilizados espaços como Escolas, Centros Recreativos, Bibliotecas, entre outros, para a realização de eventos e actividades?

Sim ___ Não ___ Não sabe ___

4.15. Se tem alguma sugestão, comentário que queira fazer, relativa a participação social, por favor escreva neste espaço:

5. RESPEITO E INCLUSÃO SOCIAL

Por favor expresse a sua opinião/ avaliação para cada uma das perguntas que se seguem assinalando com um **X** a resposta SIM ou NÃO. Caso não tenha opinião sobre o aspecto em questão, assinale a opção NÃO SABE.

5.1. Para melhorar os serviços prestados/ atendimento as pessoas mais velhas são consultadas/ ouvidas pelos responsáveis dos serviços públicos?

Sim ___ Não ___ Não sabe ___

5.2. E são consultadas/ ouvidas pelos responsáveis de associações?

Sim ___ Não ___ Não sabe ___

5.3. E são consultadas/ ouvidas pelos responsáveis comerciantes?

Sim ___ Não ___ Não sabe ___

5.4. Os serviços estão adaptados às necessidades e preferências das pessoas mais velhas?

Sim ___ Não ___ Não sabe ___

5.5. Os produtos estão adaptados às necessidades e preferências das pessoas mais velhas?

Sim ___ Não ___ Não sabe ___

5.6. Os funcionários que prestam os serviços são prestáveis/ amáveis?

Sim ___ Não ___ Não sabe ___

5.7. As pessoas mais velhas com menos recursos económicos têm bom acesso aos serviços públicos?

Sim ___ Não ___ Não sabe ___

5.8. E têm bom acesso aos serviços das instituições de solidariedade?

Sim ___ Não ___ Não sabe ___

5.9. E têm acesso aos serviços privados a pagar?

Sim ___ Não ___ Não sabe ___

5.10. As pessoas mais velhas costumam aparecer/ participar nos meios de comunicação social (ex.: televisão, jornais, rádio, etc...)?

Sim ___ Não ___ Não sabe ___

5.11. Quando aparecem/ participam transmitem uma imagem positiva?

Sim ___ Não ___ Não sabe ___

5.12. Sem estereótipo/ discriminação?

Sim ___ Não ___ Não sabe ___

5.13. Os locais e as actividades para a comunidade são feitos para atrair todas as gerações?

Sim ___ Não ___ Não sabe ___

5.14. E vão ao encontro das necessidades/ preferências de todas as gerações?

Sim ___ Não ___ Não sabe ___

5.15. As pessoas mais velhas participam nas actividades comunitárias para as “famílias”?

Sim ___ Não ___ Não sabe ___

5.16. As escolas ensinam/ abordam temas sobre o envelhecimento?

Sim ___ Não ___ Não sabe ___

5.17. As pessoas mais velhas são envolvidas nas actividades escolares?

Sim ___ Não ___ Não sabe ___

5.18. A comunidade dá valor às pessoas mais velhas?

Sim ___ Não ___ Não sabe ___

5.19. Se tem alguma sugestão, comentário que queira fazer, relativa a respeito e inclusão social, por favor escreva neste espaço:
